



A COMPANHIA DE JESUS E O DIREITO UNIVERSAL A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



**A COMPANHIA DE JESUS E O
DIREITO UNIVERSAL
A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

A Companhia de Jesus e o Direito Universal a uma Educação de Qualidade

Elaboração:

Conferência de Provinciais Jesuítas da América Latina e Caribe (CPAL)

Av. Fulgencio Valdez 780, Breña. Lima - Perú.

Teléfono: (51 1) 433-8110 e 774-7650.

Contacto: secretario@cpalsj.org

Com o apoio de:

Associação das Universidades confiadas à Companhia de Jesus (AUSJAL)

Av. Santa Teresa de Jesús, Edificio CERPE, Piso 2, Oficina AUSJAL.

Urb. La Castellana, Chacao (1060). Caracas – Venezuela.

Teléfono: (58 212) 2668562. Contacto: ausjal1985@gmail.com

Federação Internacional Fé e Alegria

Carrera 5 N° 34-39 (Barrio La Merced), Bogotá – Colombia

Teléfono: (57 1) 7712362. Contacto: fi.coordinador@feyalegria.org

Federação Latino Americana de Colégios da Companhia de Jesus (FLACSI)

Colegio Mayor de San Bartolomé. Carrera 7 # 9-96, Plaza de Bolívar.

Bogotá – Colombia.

Teléfonos: (57-1) 4442530 Ext. 2267. Contacto: contacto@flacsi.net

Edição:

P. Luiz Fernando Klein S.J. Delegado de Educação da CPAL

Capa:

Oficina de Comunicação Institucional da CPAL

Créditos de fotografias da capa: (Acima) Direção de Comunicações da Pontificia Universidad Javeriana, (Abaixo) Monteserin Fotografia-Entreculturas.

Direitos reservados. Autoriza-se a reprodução total ou parcial deste documento, sempre e quando se fizer referência à fonte bibliográfica.

A COMPANHIA DE JESUS E O DIREITO UNIVERSAL A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

INDICE

Prólogo: P. Roberto Jaramillo, S.J.

Apresentação: P. Luiz Fernando Klein, S.J.

Direito à Educação para todas as pessoas (GIAN)

Introdução

- I. Educação e dignidade humana
- II. Jesus e a dignidade dos excluídos
- III. A Missão e a identidade educadora da Companhia de Jesus
- IV. A educação como Direito Humano
- V. Sentido, valores e qualidade
- VI. Alguns fatores para alcançar uma educação de qualidade para todas as pessoas
 - A. Políticas públicas
 - B. Educação para transformar as pessoas e as sociedades
 - C. Família, Sociedade e Estado: educadores. Sinergias
 - D. Educação de qualidade como direito humano e bem público
 - E. Prioridade educacional e financiamento
 - F. Educadores e educadoras
 - G. O Centro Educativo
 - H. Propósitos, meios e avaliação

Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo

A educação da Companhia: uma pedagogia ao serviço da formação de um ser humano reconciliado com seus semelhantes, com a criação e com Deus (P. Arturo Sosa, S.J.)

Introdução

- I. A tradição educativa: memória inspiradora e não peso paralisante
- II. Companheiros em uma missão de reconciliação e de justiça
- III. Educação que abre à compreensão do mundo em que vivemos
- IV. A interculturalidade: comunicação global entre culturas diversas
- V. Desafios para a educação de hoje que mira o futuro
- VI. Colaboração e trabalho em rede, vias para assumir desafios universais
- VII. Conclusão: rede global e intercultural com a missão de reconciliação

Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo

A universidade fonte de vida reconciliada

(P. Arturo Sosa, S.J.)

- I. Aonde viemos e para quê?
- II. Uma vida justa e em paz
- III. Apostolado intelectual é ir ao encontro da Sabedoria
- IV. A universidade que forma para a cidadania universal
- V. Nossa identidade é nossa contribuição
- VI. Juntos somos mais fecundos

Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo

Educamos nas fronteiras. Fé e Alegria, movimento global

(P. Arturo Sosa, S.J.)

- I. Servir ao povo sem fronteiras: chamados a uma missão universal

- II. Fé e Alegria é educação transformadora
- III. Educação Popular para a Cidadania Universal
- IV. A ação pública no coração da missão educativa
- V. Fé e Alegria e a Missão de Reconciliação
- VI. Crescendo em outras terras
- VII. Visitemos juntos o futuro

Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo

Alguns elementos sobre o direito universal a uma educação de qualidade na tradição da Companhia de Jesus

- 1. Educação como direito básico e bem público
Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo
- 2. Nossa missão e a educação
Por que queremos atuar deste modo? Equidade e Justiça Educativa
Quem queremos servir primeiro? Preferência pelos pobres
Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo
- 3. O que entendemos por Educação de Qualidade?
Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo
- 4. Desafíos
Incidência interna e incidência política
Trabalho em sinergia, em rede
Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo
- 5. Ações sugeridas
 - 5.1. Sugestões do P. Pedro Arrupe em *Nossos colégios hoje e amanhã* (n.26)
 - 5.2. Algumas sugestões do 36º Congresso Internacional da Fé e Alegria (Caracas, 2005)
 - 5.3. Sugestões do P. Patxi Alvarez, S.J. em *La Misión Jesuít*aPara o estudo pessoal e a reflexão em grupo
- 6. Bibliografia

*Ser analfabeto hoje é como ser
cego no tempo de Jesus, e ter acesso
só a uma educação de baixa
qualidade é perpetuar a pobreza
herdada*

(GIAN)

PRÓLOGO

Todo cristão que desconsidera as graves desigualdades educacionais dos homens de hoje esqueceu o verdadeiro significado do chamado que o Evangelho faz à sua consciência

(P. Pedro Arrupe, 1971)

A história da Companhia de Jesus está marcada, desde o seu início, pelo serviço da educação. Esta foi uma das intuições apostólicas centrais que Santo Inácio teve quando quis pôr em prática o 'instituto' (ou 'razão de ser') da Companhia. O número de escolas dos jesuítas cresceu vertiginosamente; 50 anos após a sua fundação, os jesuítas haviam criado e colocado em prática a Ratio Studiorum, um modelo educacional (ordem, modo, conteúdos e fins) que transformou a escola na Europa e no novo mundo, e um século depois de seu nascimento, a Companhia Jesus era responsável por mais de 440 escolas.

Ao longo dos séculos, este serviço apostólico foi crescendo até posicionar-se como uma das atividades mais visíveis do apostolado dos jesuítas. É fora de dúvida que - não sem lacunas e falhas - um grande serviço foi prestado e presta a milhares de instituições educacionais de ensino primário, secundário e superior em todo o mundo. Na América Latina, e agora na África, o *Movimento de Educação Popular Fé e Alegria* educa mais de um milhão e meio de pessoas, a *Federação dos Colégios Jesuítas* (FLACSI) educa cerca

de 135.000 estudantes e a *Associação de Universidades confiadas à Companhia de Jesus* (AUSJAL) tem mais de 254.000 estudantes. Isso sem poder contar com estatísticas exatas de escolas paroquiais e projetos de educação nos quais os jesuítas também colaboram.

Em 1971, o P. Geral Pedro Arrupe dizia: *Estamos convencidos de que somente uma educação progressiva e orgânica conseguirá transformar a existência triste, paralisada e estéril dos marginalizados em uma vida alegre, empreendedora e fecunda. A educação manifesta as qualidades e desperta as iniciativas, tornando o homem consciente de sua própria dignidade e de seus próprios deveres e direitos... Eduquemos o marginalizado e o pobre e ele será o primeiro impulsionador de sua própria promoção*¹.

Não basta, então, oferecer ao mundo instituições onde a educação dê provas de qualidade. É necessário que essa educação de qualidade seja estabelecida e efetivamente desfrutada como um direito universal - isto é, de todos e de todas - porque é um direito básico e fundamental no qual todos os outros direitos se baseiam.

O problema da educação é, bem o sabemos, um problema mundial complicado, mas sua magnitude e complexidade não devem nos impedir de, com todo o realismo, enfrentá-lo, cada um tentando, na medida de suas forças, contribuir para sua solução. Concretizemos com a maior precisão possível o que devemos fazer e o que podemos procurar que por sua vez faça o Estado no campo da educação, continuava o P. Arrupe.

¹ Publicado no livro de Pedro Arrupe, S.J. *Ante un mundo en cambio* (Saragoça, Editorial EAPSA, 1972).

Em 1599 os jesuítas mudaram a cara da educação no mundo ocidental com a implementação da *Ratio Studiorum*. Como é que o corpo apostólico da Companhia pode oferecer hoje uma contribuição de impacto maior para a realização do DIREITO UNIVERSAL A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, em colaboração com tantas outras pessoas e instituições que nos quatro pontos cardeais lutam por ela?

Há mais de uma década, com o impulso do então P. Geral Adolfo Nicolás, foi criada a *Global Ignatian Advocacy Network* (GIAN), com a intenção de incidir efetivamente nas políticas públicas de educação. Foram dados passos importantes, mas o impacto ainda é muito inferior ao desejado. Agora, as três redes de educação da CPAL - FLACSI, Fé e Alegria e AUSJAL - reunidas numa aliança mais ampla (EduRed), decidiram tornar seu este desafio em nível continental e assumir o desafio de pensar e agir além das nossas instituições e dos nossos alunos, junto com outros, na promoção e atualização do direito universal à educação de qualidade. Em boa hora!

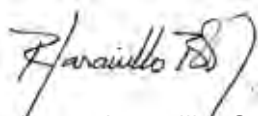
Oferecemos agora, numa mesma edição, os discursos que o P. Geral Arturo Sosa dirigiu às três redes de educação da CPAL, acompanhados de uma coleção dos mais importantes textos do magistério da Companhia (Congregações Gerais, Padres Gerais, estatutos das redes, cartas dos Delegados da Educação, entre outros) sobre o direito à educação de qualidade. Estamos convencidos de que existe aí uma mina a ser aproveitada em nossa tarefa de lutar para que o direito universal à educação de qualidade seja reconhecido e atualizado para todos os seres humanos sem distinção de raça, cultura, nacionalidade ou condição social.

As quatro Preferências Apostólicas Universais da Companhia de Jesus, recentemente promulgadas, vêm enriquecer e dar orientação e foco a esta tarefa:

- Mostrar o caminho para Deus através dos Exercícios Espirituais e o discernimento;
- Caminhar junto aos pobres, aos descartados do mundo, aos violados em sua dignidade numa missão de reconciliação e justiça;
- Acompanhar os jovens na criação de um futuro esperançoso;
- Colaborar no cuidado da Casa Comum

Convido todos os companheiros e companheiras que são parte do Corpo Apostólico da Companhia na CPAL – estejam ou não trabalhando diretamente em instituições de educação formal – a acolher e utilizar este material com infinita criatividade, e compartilhá-lo com muitas outras pessoas e instituições com as quais podemos colaborar dentro e fora da Companhia e da Igreja.

Contamos com a sua generosidade, a sua criatividade e toda a sua capacidade propositiva e mobilizadora, pessoal e institucional para tornar realidade o DIREITO UNIVERSAL A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.



P. Roberto Jaramillo, S.J.
Presidente da CPAL

Lima, Perú, março de 2019.

APRESENTAÇÃO

Este conjunto de documentos é composto de três seções. Começa com o texto elaborado em julho de 2012, em Madri, pelo GIAN, *Global Ignatian Advocacy Network: Direito a uma educação para todas as pessoas*. Este grupo foi criado em 2008, inspirando-se na 35ª Congregação Geral dos Jesuítas, para promover a defesa de políticas públicas na educação. O GIAN baseia-se no princípio da dignidade humana, que deve ser assegurado por uma educação de qualidade. Esta deve ser oferecida a todas as pessoas, a começar por aquelas que são desprezadas pela sociedade e pelos governos, e mantidas à margem dos bens indispensáveis para uma vida saudável.

A segunda seção traz os três discursos programáticos que o P. Geral, Arturo Sosa, ofereceu a cada uma das redes educacionais promovidas pela Companhia de Jesus: FLACSI (*Federação Latino-Americana de Colégios Societatis Iesu*), IAJU (*Associação Internacional de Universidades Jesuítas*) e a *Federação Internacional Fé e Alegria*.

O primeiro discurso do P. Arturo intitula-se *A educação da Companhia: uma pedagogia ao serviço da formação de um ser humano reconciliado com seus semelhantes, com a criação e com Deus*. O discurso foi dirigido em 20 de outubro de 2017, no Rio de Janeiro, aos Delegados de Educação da Companhia, em seu primeiro congresso mundial.

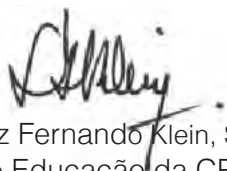
Em 10 de julho de 2018, em Loyola, na Espanha, o P. Geral falou aos reitores das universidades confiadas à Companhia de Jesus em seu encontro mundial com o título: *A universidade, fonte de vida reconciliada*.

Finalmente, em El Escorial, Madri, a 29 de setembro de 2018, o P. Arturo falou aos participantes do 47º Congresso Internacional da Fé e Alegria, com o título: Educamos nas fronteiras. Fé e Alegria, movimento global.

A terceira seção deste conjunto trata de resgatar a memória das principais orientações da Companhia de Jesus sobre a educação para os mais pobres, a responsabilidade pela incidência pública, a sinergia no trabalho apostólico. Os 61 breves textos provêm dos decretos das duas últimas Congregações Gerais, dos três últimos Superiores Gerais e do atual. Além disso, há textos de organizações e redes da Companhia e de alguns jesuítas, individualmente.

A Bibliografia apresenta também o 'link' onde estão localizados os documentos. A maioria deles encontra-se no *Centro Virtual de Pedagogia Inaciana* (www.pedagogiaignaciana.com), biblioteca virtual mantida pela CPAL.

No final de cada documento, é sugerido um roteiro para estimular o estudo pessoal e proporcionar a oportunidade para reflexões em grupo.



Luiz Fernando Klein, S.J.
Delegado de Educação da CPAL

DIREITO À EDUCAÇÃO PARA TODAS AS PESSOAS ²

Introdução

A Companhia de Jesus tem uma longa trajetória em educação. Desde os seus inícios, a educação tem sido considerada uma tarefa crucial para realizar a missão de promover a dignidade de todas as pessoas como seres humanos e filhos de Deus. Inspirada pelo princípio do Magis Inaciano, a Companhia tem dedicado especial atenção a oferecer uma educação de qualidade em seus centros educativos e a apoiar, a partir de uma variedade de iniciativas em todo o mundo, aquelas pessoas que vivem à margem. Apesar deste trabalho e dos esforços de muitas outras organizações, a educação ainda enfrenta muitos desafios no mundo de hoje. Há muitos grupos de pessoas excluídas do direito à educação, a qualidade da educação em muitos lugares continua sendo muito pobre. Mesmo em lugares com maiores recursos econômicos, é esquecida com frequência a educação em valores e cidadania.

À luz destes desafios, e muitos outros problemas que afetam nossos irmãos e irmãs, a 35ª Congregação Geral fez um apelo direto a toda a família inaciana para promover a incidência

² Documento elaborado por GIAN (Global Ignatian Advocacy Network), Madrid, 2012.

pública como uma nova, embora enraizada na nossa história, dimensão da nossa missão apostólica: *A complexidade dos problemas que enfrentamos e a riqueza das oportunidades que se nos oferecem pedem que construamos pontes entre ricos e pobres, estabelecendo vínculos de apoio mútuo entre aqueles que detêm o poder político e os que encontram dificuldade em fazer ouvir os seus interesses* ³. Nossa tarefa na educação deve ser revista e completada à luz desse chamado e à contemplação da realidade educativa em nosso mundo.

Um grupo de organizações jesuítas que trabalham na educação nas diferentes Conferências de Provinciais, sob a liderança do *Social Justice and Ecology Service* (SJES), decidiram unir seus esforços e recursos para trabalhar em conjunto e promover a incidência política quanto ao direito à educação de qualidade para todos e todas. Procuramos promover as mudanças políticas e culturais necessárias para alcançar o direito à educação de qualidade para todos e todas. Este trabalho de pressão política complementa o nosso trabalho educativo, indo além dos nossos centros e estudantes, canalizando as nossas preocupações e solidariedade com aquelas pessoas excluídas, às quais é negado o seu direito a uma educação de qualidade.

Estamos convencidos de que o trabalho em rede como prática universal e o potencial de nossos recursos existentes nos permitirão desenvolver este trabalho de incidência política. *Neste contexto global é importante realçar o extraordinário potencial que possuímos enquanto corpo internacional e*

³ 35ª Congregação Geral, Decreto 3, n.28.

multicultural. Agir de forma consistente com esse caráter pode não só aumentar a eficácia apostólica do nosso trabalho, mas também, num mundo fragmentado e dividido, testemunhar a reconciliação de todos os filhos de Deus em solidariedade ⁴.

I. Educação e dignidade humana

1. Nosso olhar sobre o mundo fica chocado com a pobreza de mais de um bilhão de pessoas. Entre as múltiplas causas e efeitos negativos da pobreza, encontramos a negação do direito a uma educação de qualidade ao longo da vida para todas as pessoas ⁵. Isto, num mundo globalizado e caracterizado como ‘sociedade do conhecimento’, perpetua a pobreza, marginaliza as pessoas a situações de sobrevivência e nega-lhes as oportunidades de vida digna. Enquanto que onde o direito à educação é garantido, melhora o acesso das pessoas a outros direitos e ao seu desfrute.
2. Se considerarmos a etapa da educação escolar necessária desde a infância até o final do Ensino Médio, constatamos que se produziram alguns avanços consideráveis, no entanto, hoje, 67 milhões de crianças e jovens ainda são privados do direito à educação. E a continuar essa tendência, em 2015 ainda haveria 56 milhões de crianças fora da escola. Escolarizar todas elas necessitaria um investimento equivalente a seis dias

⁴ 35a Congregação Geral, Decreto 3, n 43.

⁵ Aqui nos referimos a toda a educação – a Básica, obrigatória para toda a população, a Educação Superior e a Educação para os Adultos, e também em suas modalidades: formal (escolar) e não formal.

anuais de gastos militares dos países ricos.

3. O acesso é o primeiro passo, mas as taxas de deserção são muito altas. Segundo dados da UNESCO de 2010, por exemplo, na Nicarágua, apenas 27 meninos e meninas de cada 100 concluem o Ensino Fundamental. Embora o acesso ao Ensino Médio e à formação técnica também tenha melhorado timidamente, e um grande número de países considere obrigatório pelo menos um primeiro ciclo do Ensino Médio, apenas 4% das meninas pobres da África Subsaariana chegam a completá-lo. 774 milhões de adultos tiveram negado o direito à educação durante toda a sua vida e não estão alfabetizados. Representam 17% da população adulta mundial: dois de cada três são mulheres.
4. Esta realidade afeta principalmente os setores mais vulneráveis da população: comunidades rurais, populações indígenas, refugiados e pessoas deslocadas, idosos, meninas e mulheres...
5. A qualidade da educação continua a ser um enorme desafio, com sistemas educativos ineficazes, professores mal pagos, infraestruturas arruinadas, conteúdos pouco pertinentes para amplos setores da população, práticas pedagógicas verticais e transmissivas, níveis de deserção escolar altíssimos e milhões de estudantes concluindo o Ensino Fundamental sem as mínimas capacidades para sobreviver num mundo globalizado. A UNESCO estima que, para garantir a educação básica para todas as pessoas, seria necessário formar e contratar mais 18 milhões de professores.

6. Essa realidade nos interpela em nossa identidade de pessoas que compartilham a espiritualidade inaciana e trabalham em diversas formas de educação em mais de 70 países. Em diálogo com essa realidade mundial inaceitável, comprometemo-nos a investir o melhor de nós mesmos e da nossa fé para incidir em políticas públicas, a fim de que se tornar-se realidade o direito de todas as pessoas, incluindo de maneira especial o dos atualmente excluídos, à educação de qualidade ao longo da vida. Comprometemo-nos a unir nossos esforços e contribuições a muitos outros movimentos que trabalham para transformar as políticas públicas educacionais. Nossa experiência em educar para transformar a qualidade de vida dos mais pobres e excluídos de nossos países torna-se uma chave fundamental para realizar o trabalho de mobilização e ‘advocacy’ que pretende incidir nas políticas públicas de educação a fim de tornar-se realidade esse direito fundamental.

II. Jesus e a dignidade dos excluídos

7. Deus não abençoa de forma alguma a exclusão de seus filhos. Jesus nos diz, quem me vê, vê meu pai; e nós o vemos procurando os excluídos de seu tempo para libertá-los com o abraço de Deus; busca-os, recebe-os, cura-os, perdoa-os ... Eles têm a incrível experiência de que Deus é amor e não os exclui ou começa pedindo-lhes conta, mas os coloca no centro do seu amor e lhes diz: *Levanta-te e anda*. Aos discípulos de João, que lhe perguntam se ele é o enviado de Deus (Lc 7,18-23), ele

Ihes responde para verem esses sinais e tirarem sua conclusão.

8. A missão dos seus discípulos hoje é compreender os sinais mais eloquentes dessa presença de Deus e o chamado à conversão e à mudança a partir dos excluídos. Fazer hoje o que Ihes devolve a dignidade e as oportunidades negadas de uma vida digna, encontrarmos com Deus no irmão e rever nossas cumplicidades com os sistemas que os excluem.
9. Os que compartilhamos a espiritualidade inaciana, e somos educadores em mais de 70 países, queremos fazê-lo de tal maneira que nesta atividade sejamos seguidores de Jesus e sinais de Deus-Amor para que essa identidade modele todo o trabalho do nosso apostolado educativo. Essa espiritualidade nos leva a defender a educação de qualidade, não apenas daquelas minorias que atendemos em nossas obras, mas de uma educação pública de qualidade para todas as pessoas. Sabemos que este 'todas as pessoas' é assegurado na medida em que inclua os mais pobres e excluídos. Por isso, falamos a partir dos pobres, dos excluídos da boa educação e em solidariedade com eles e com seu futuro. Ser analfabeto hoje é como ser cego no tempo de Jesus, e ter acesso só a uma educação de baixa qualidade é perpetuar a pobreza herdada. Alguns séculos atrás, não era um mal - porque a imensa maioria não tinha escola nem sentia necessidade dela -, mas a educação hoje torna-se direito fundamental por ser algo imprescindível e estratégico para a dignidade humana e para não ser um fracasso na vida.

10. A discriminação no acesso e progresso na qualidade escolar desfavorece os pobres e é uma peça-chave na perpetuação da sua pobreza, enquanto uma educação de qualidade com boa frequência escolar contribui para sair dela. A educação sem qualidade não só discrimina indivíduos, mas também setores e classes sociais e castas inteiras. Por outro lado, os países mais pobres têm sua melhor alavanca de desenvolvimento humano, dignidade e participação política e econômica numa verdadeira qualidade educativa para toda a população. É por isso que falamos de uma tarefa nacional e mundial que nos desafia desde a nossa identidade inaciana e a nossa missão educadora.

III A Missão e a Identidade Educadora da Companhia de Jesus

11. A Companhia de Jesus é historicamente conhecida como uma destacada ordem religiosa educadora. Atualmente, o número de alunos nas diversas modalidades e níveis é de quase três milhões em todo o mundo.
12. Embora não haja menção da educação escolar na Fórmula do Instituto aprovada em 1540 pelo Papa Paulo III como o nascimento da Companhia de Jesus, os primeiros jesuítas logo perceberam a importância de uma boa educação para *ajudar o próximo*. O discernimento das necessidades reais aconselhou-os a se dedicarem à educação adaptando-se a *lugares e tempos diversos* e, antes da morte de Santo Inácio, em 1556, já haviam sido fundados 40 colégios em diversos países.

13. No entanto, naquela época a grande maioria da sociedade era analfabeta e recebia sua educação familiar e social e aprendia seu ofício sem ir à escola. A educação escolar era para uma minoria e os demais não sentiam necessidade dela para a sua vida.
14. O mundo é outro na *sociedade do conhecimento* e na realidade globalizada do século XXI. Hoje, a quem é negada uma boa educação escolar de pelo menos 12 anos, é negada, radicalmente, a possibilidade de se desenvolver como pessoa e de realizar-se nesta sociedade com acesso a bens importantes para a vida. Está sendo condenado à pobreza, ao desemprego e à discriminação.
15. A dignidade das pessoas e das sociedades e a qualidade da sua convivência nacional e internacional dependem de um nivelamento ascendente na educação de homens e mulheres. A educação de qualidade é imprescindível para uma sociedade e um mundo que reconhecem a igualdade e dignidade de todos para compartilhar uma cultura de diálogo de iguais entre diferentes, para conviver dentro de uma humanidade única, diferenciada e não uniforme. Estamos imersos em um novo contexto e frente a novas realidades que obrigam a uma releitura da missão educadora da Companhia de Jesus.
16. No século XVI, o P. Diego de Ledesma, professor do Colégio Romano, assinalou quatro razões para os jesuítas trabalharem na educação. A primeira *porque ela proporciona às pessoas muitas vantagens para a vida prática*. Apesar de que a maioria das pessoas aprendia

os ofícios úteis fora da escola, era clara a necessidade e utilidade da educação para o bom desempenho de certas profissões. A grande diferença com os nossos dias é que hoje a boa educação resulta imprescindível para que todas as pessoas sejam úteis e produtivas e para que seu trabalho lhes proveja do necessário para sua vida digna. Por isso, é uma tragédia que centenas de milhões de pessoas não tenham a suficiente preparação e oportunidades que lhes permitam exercer um trabalho decente e bem remunerado.

17. Por outra parte, há o perigo de que o sentido utilitarista da educação leve a desprezar os valores e que a preparação em conhecimentos instrumentais seja procurada quase exclusivamente, descuidando da preparação para o bom uso e aplicação desses saberes e para a construção de uma sociedade na justiça e na paz. Precisamos de uma formação de pessoas **competentes**, e ao mesmo tempo, **conscientes**, como propõe a educação inaciana.
18. Em segundo lugar, diz o P. Ledesma, os educadores *contribuem para o correto governo dos negócios públicos e para a apropriada formulação de leis*. Naquela época, o governo era assunto de reis e príncipes que precisavam de uma burocracia competente. Na medida em que as formas monárquicas de governo foram dando lugar às democracias, o governo dos assuntos públicos requer dos cidadãos, populações com boa formação para a responsabilidade pública e um desenvolvimento de formas de organização participativa que impeçam imposições aristocráticas ou ditatoriais, focadas no interesse dos governantes e não no bem comum da

nação. A lógica da dominação política e econômica deve ser substituída pela conversão desses meios em instrumentos de vida para todos, o que requer uma **formação cidadã**.

19. Hoje, na educação inaciana insistimos na formação para a vida e o trabalho *para os outros e com os outros*, e sublinhamos uma antropologia e espiritualidade que levam ao reconhecimento do outro e alimentam o sentido do público. A **solidariedade** brota das pessoas que se reconhecem a si mesmas como homens e mulheres *para os outros e com os outros* e ordenam a sociedade de tal modo que a afirmação de si mesmo seja ao mesmo tempo afirmação do outro. A espiritualidade **compassiva**, do *ama o outro como a si mesmo*, contribui para tornar realidade a antropologia solidária que, juntamente com a espiritualidade solidária, são a base **comprometida** para o reconhecimento mútuo na diversidade de gênero, raça, religião e culturas. Sobre esta base podem-se construir sociedades, economias e organizações políticas que não estejam fundadas na negação e opressão de outros, especialmente dos mais fracos.
20. A terceira razão do P. Ledesma é que a boa educação oferece *decoro, esplendor e perfeição à nossa natureza racional*. Além da racionalidade instrumental tão presente no moderno e prodigioso desenvolvimento das ciências e das tecnologias, os objetivos humanamente razoáveis da condição humana centram-se na oportunidade de uma vida digna para todos, com o difícil desafio de alcançar que a prosperidade econômica e o poder político nacional e internacional dos estados não sejam fins em si

mesmos, mas instrumentos e meios para o fim supremo da dignidade e do desenvolvimento humano de todos.

21. Isto nos leva à *defesa e propagação* da fé em Deus, a quarta razão do P. Ledesma. Os que cremos em Deus-amor, o Deus que se nos mostra em Jesus com rosto humano, tratamos de viver uma religiosidade que ama o próximo como a si mesmo e recusa a reduzi-lo a simples instrumento e toda forma de negação, de exclusão e de discriminação dos demais. Jesus nos diz que para encontrar a vida verdadeira temos que compadecer-nos do ferido com quem nos encontramos cada dia, como o bom samaritano da parábola (Lc 10,25-37).
22. De igual modo, a formação exclusivamente instrumental e utilitária, nos torna incapazes de contemplar e de cuidar do hábitat humano de maneira amorosa para nós e para os que virão no futuro, e nos induz a destruí-la em proveito da ganância e do domínio.
23. Esta antropologia e espiritualidade solidárias constituem a base da formação humana e do sentido da religiosidade nos centros educativos inicianos de inspiração cristã. Por isso, falamos de uma educação que forma personas **competentes, conscientes, compassivas e comprometidas**.
24. Entendemos que para tornar isto realidade em toda a sociedade é necessária uma **incidência eficaz nas políticas públicas** (advocacy). Nossas comunidades educativas devem entender-se como uma pequena parte de todo o sistema educativo – nacional e mundial - e cultivar a defesa da educação de qualidade para todas as pessoas.

IV. A educação como Direito Humano

25. **A educação é hoje um direito inalienável de todo ser humano**, reconhecido como tal na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948, no Artigo 13 do Pacto de Direitos Sociais, Econômicos e Políticos e nas constituições da maioria dos estados, entre outros instrumentos. Não é um direito qualquer, pois sem ele é praticamente impossível aceder aos demais direitos humanos e desfrutar das liberdades fundamentais. No entanto, a realidade é que existem centenas de milhões de excluídos e até mesmo a maioria da humanidade não está ciente deste direito. Seu reconhecimento gera uma obrigação pública na família, na sociedade e no Estado, que combinados devem garantir o seu cumprimento.
26. Não nos contentamos em proclamar o direito, mas nos comprometemos a trabalhar para que se torne uma realidade para todas as pessoas e sociedades. Para isso, consideramos necessário visualizar e conscientizar sobre o que se deve fazer para que a educação de qualidade ao longo da vida chegue a todas as pessoas, especialmente àquelas que atualmente estão privadas dela. Conscientizar, também, sobre o que é preciso mudar para garantir que os anos de escolaridade necessários para uma aprendizagem que permita uma vida digna e que os adultos possam ser alfabetizados e tenham acesso à educação pertinente e de qualidade ao longo de sua vida, e que as universidades abram suas portas aos diversos setores da sociedade e a todos aqueles que tenham interesse em continuar seus estudos universitários, e disponham dos mecanismos necessários para poder alcançá-lo.

27. Entendemos que só o acesso à educação não é suficiente para garantir o cumprimento deste direito humano fundamental. Katerina Tomasevsky, primeira relatora do Direito à Educação das Nações Unidas, formulou 4 As relacionados a este direito. A Campanha Global pela Educação adicionou um quinto A. O primeiro A é **Availability**, a Disponibilidade. O segundo é a **Acessibilidade**: a escola ou o serviço educativo pode estar disponível, mas não acessível a todos que o solicitem. O terceiro é a **Adaptabilidade**, ou seja, a educação oferecida leva em conta as características linguísticas, culturais, contextuais e pessoais dos alunos para que seja pertinente. A quarta é a **Aceitabilidade**, o que significa que os estudantes devem aceitar a educação oferecida porque lhes parece de qualidade, porque aplica metodologias apropriadas, porque o que ensina é significativo para suas vidas, porque o papel dos estudantes na aprendizagem é ativo. E o quinto é **Accountability**, ou a **prestação de contas**, que significa que, sendo o Estado o principal garantidor do direito à educação, deve prestar contas aos cidadãos sobre o modo de cumpri-lo.
28. O direito é a uma educação de qualidade para **todas as pessoas**. Isto significa reconhecer que, dada a diversidade das condições de vida das populações, os pontos de partida das pessoas e das comunidades para educar-se são distintos, que não se pode oferecer o mesmo a todos se se quer resultados similares, que é necessário aplicar critérios que vão além da igualdade e cheguem à equidade, o que significa que é necessário dar mais àqueles que têm menos e mais o necessitem. A distribuição dos recursos

financeiros, materiais e humanos destinados à educação deve priorizar aqueles que se encontram em condições de maior dificuldade para conseguir os resultados de aprendizagem esperados, ou seja, os mais pobres, os indígenas, as minorias, os que se encontram em condições especialmente difíceis como os refugiados e os deslocados internos, os portadores de deficiência, as meninas e as mulheres. Toda meta de desenvolvimento educacional deve ser acompanhada de uma meta de equidade que documente o fechamento de lacunas no alcance educacional entre os setores da população. A equidade na educação é uma derivação do enfoque de direitos e, como tal, contribui para a construção de sociedades capazes de viver em paz porque buscam a justiça.

V. Sentido, valores e qualidade

29. O sistema educativo de cada país deve ser para todas as pessoas, sem qualquer discriminação devido à raça, casta, classe social, língua, cultura, religião, sexo, alcançarem uma educação de qualidade que permita o melhor desenvolvimento pessoal e nacional, com um modelo democrático de sociedade, intercultural, solidário e inclusivo. Aspiramos a uma educação conectada com a transformação dos países, de modo que inculque um horizonte de superação desejável e forme uma população capaz de consegui-lo com sua criatividade, capacidades, valores e produtividade.
30. Cada pessoa e as nações inteiras requerem a qualidade da educação em um duplo aspecto: 1) Aquisição

de conhecimentos e competências (leitura, escrita, matemática, línguas, uso da tecnologia informática, ofícios e profissões específicas...). 2) Formação humana com um sentido e visão antropológica solidária. A educação deve semear a solidariedade, o sentido cidadão de um 'nós' inclusivo no qual a realização do eu assume afetiva e espiritualmente a realização das/dos outros/as e a defesa de seus direitos. Deve cultivar inicialmente a disposição de contribuir - em termos de direitos e deveres - para o desenvolvimento e cumprimento da Constituição e das leis e para o adequado funcionamento das instituições públicas indispensáveis para o bom desenvolvimento da sociedade. Da mesma forma, são importantes o cultivo da liberdade pessoal, o seu pensamento crítico e a sua criatividade capaz de enfrentar formas sociais de submissão e manipulação. A solidariedade, a liberdade e a responsabilidade social e ecológica levam-nos a participar das múltiplas formas associativas livremente criadas pela sociedade civil, que enriquecem a pluralidade social e tornam possível o desenvolvimento responsável das pessoas.

VI. Alguns fatores para alcançar uma educação de qualidade para todas as pessoas

A. Políticas Públicas

31. A realização do direito à educação de qualidade para todas as pessoas exige um trabalho sistemático de incidência nas políticas públicas educacionais (advocacy); um trabalho sistemático para que se multipliquem as experiências

bem sucedidas entre os mais pobres, para que a opinião da população se expresse nos meios de comunicação, vão se criando convicções e consensos públicos sobre este direito humano fundamental e os governos se sintam movidos e pressionados para concretizar as decisões políticas necessárias. Em cada país são necessários estudos sobre programas bem sucedidos, e medidas e políticas que, num tempo prudencial, produzam as mudanças necessárias. Da mesma forma, são necessários observatórios educacionais de estudo e monitoramento, da cobertura educacional, da qualidade da educação que recebem os mais excluídos das políticas de maior êxito no mundo.

32. É fundamental que a consciência do direito à educação de qualidade como direito humano exigível vá crescendo em todos, inclusive naqueles que dele mais precisam, e que sua convicção e motivação cresçam, se articulem, se organizem e se expressem publicamente. Para isso, é necessário o compromisso de muitos setores, dos governos e de movimentos de alcance mundial.

B. Educação para transformar as pessoas e as sociedades

33. A educação é para transformar as pessoas e facilitar a sua realização humana. Ao mesmo tempo, é a chave para a construção da sociedade que queremos. Através da educação, alcançamos o pleno desenvolvimento das qualidades e capacidades das pessoas e, por meio delas o desenvolvimento das instituições sociais e políticas e do potencial econômico de uma nação.

34. Necessitamos de profundas transformações em cada um dos nossos países para superar a pobreza e construir sociedades democráticas, justas, plurais e inclusivas, com verdadeiras oportunidades de desenvolver a sua liberdade. Para isso – além de outras políticas sociais - precisamos de uma educação que, entre outras coisas, nos proveja de competências e habilidades, nos capacite para ser produtores de bens e serviços de qualidade e construtores de sociedades democráticas, justas livres. Com metade da sociedade excluída da educação de qualidade ⁶, nem as oportunidades das pessoas, nem a política, nem a economia podem ser equilibradas e desejáveis. Por isso, assumimos o direito à educação de qualidade na perspectiva dos pobres, para que a transformação radical da pobre escola para os pobres lhes permita ser sujeitos ativos de transformação social.

C. Família, sociedade e Estado: educadores. Sinergias

35. A família educa, a sociedade e suas instituições também educam e o Estado deve garantir, promover e desenvolver sistemas educativos de qualidade. O educando é chave em seu próprio desenvolvimento humano. Além da educação escolar básica formal, o processo de

⁶ Podemos dizer que, do ponto de vista da educação integral, uma proporção muito maior de pessoas não estaria recebendo uma educação de qualidade, porque a formação em valores e em cidadania, por exemplo, não se desenvolve adequadamente nem com aqueles que não estão em desvantagem. Para os educadores de obras jesuítas, isso também deve ser objeto de preocupação. Aqui, no entanto, estamos nos referindo àqueles que não estão desenvolvendo as habilidades fundamentais de alfabetização, cálculo básico e dos elementos indispensáveis para viver com dignidade na sociedade, isto é, os excluídos.

aprendizagem dura toda a vida e se alimenta de múltiplas formas e meios eletrônicos muito variados que devem ser utilizados, de acordo com as múltiplas necessidades e interesses das pessoas para enfrentar o grave déficit educacional.

36. A família é a primeira responsável pela boa educação de seus filhos e busca o seu adequado equipamento educacional para que no dia de amanhã possam viver com dignidade. Mas sabe que fora de sua casa e além dos níveis mais primários, a educação desejada necessita da sociedade, dos corpos educativos especializados e do Estado. Os pais e mães devem saber que tanto eles como seus filhos têm direito a uma educação de qualidade, e que são necessários esforços para formá-los a colaborar na educação de seus filhos e a exigir que se cumpra o seu direito.
37. A sociedade também considera a educação de qualidade como uma prioridade e um direito fundamental acessível a todos. Sem ele, toda a sociedade perde, tanto em valores e convivência, como no capital social necessário para a sua coesão interna e a sua paz social, em conhecimentos, na necessária capacitação instrumental e na indispensável formação para a cidadania responsável.
38. Atualmente, muitos estados nacionais e suas constituições afirmam a prioridade da educação de qualidade para todas as pessoas. Eles exigem-na como obrigatória até o final do Ensino Médio e com possibilidades abertas para poder continuar nos níveis superiores e na formação contínua ao longo da vida.

39. Para alcançar tudo isso, são imprescindíveis a compreensão e a sinergia dos diversos fatores: família, comunidades, Estado, educadores, empresas produtivas... Mas, da perspectiva da educação como um direito humano fundamental, é o Estado o responsável em última instância de garanti-lo e, portanto, por assumir sua responsabilidade direta e por favorecer essa sinergia. A família e a sociedade devem contar com os elementos para exigir esse cumprimento, além de colaborar nele.

D. Educação de qualidade como direito humano e bem público

40. A educação de qualidade é um bem público e um direito básico de toda pessoa, o que gera obrigações na família, no Estado e na sociedade. É um bem público ao qual todos devem ter acesso efetivo, de modo que não pode permanecer numa proclamação genérica que ninguém contesta, mas que não é cumprida, nem parece ter obrigações a reivindicar. Pelo contrário, deve ser um princípio operativo que anima e orienta um programa ambicioso para que a família, a sociedade e o Estado se apoiem, se exijam e se reforcem mutuamente, para, entre todos, converter este princípio num direito humano social de todos e de cada um, direito que deve se tornar uma realidade operativa com resultados mensuráveis.
41. A negação efetiva desse direito é um delito com várias responsabilidades e culpabilidades. O direito vai acompanhado do dever pessoal do formando de educar-se e desenvolver suas potencialidades. Este direito e dever do educando precisa encontrar as respostas

certas na sociedade e, entre outras coisas, requer um sistema educativo nacional com organização pessoal e orçamentos adequados para alcançar os objetivos estabelecidos.

42. A educação como bem público não significa que apenas o governo possa oferecer educação. As organizações particulares que participam do direito educativo estão gerenciando um bem público e, como tal, também são responsáveis pela realização desse direito, e o Estado tem a obrigação de garantir que esteja sendo cumprido.
43. A educação como bem público gerida pelo setor privado também contribui, na medida em que é explicitamente proposto e forneça os meios para alcançá-lo, para a transformação da sociedade.
44. A falta de recursos suficientes para pagar os custos diretos e indiretos da educação, e mesmo o custo de oportunidade da educação, não podem converter-se em obstáculo para a realização deste direito. Excluir por não poder pagar os custos dos serviços educacionais torna-se uma forma de violar esse direito básico. O Estado e aqueles que administram o bem público que é a educação assumem a responsabilidade de não excluir por estes motivos.
45. As tentativas de privatizar a educação que, por motivos de falta de gratuidade, levam à exclusão de pessoas e comunidades da frequência escolar, são iniciativas que violam o direito à educação.

E. Prioridade educacional e financiamento

46. A possibilidade de que este direito seja efetivo exige mudanças muito profundas em vários aspectos; um deles e muito decisivo é o financiamento necessário para alcançar uma educação básica de qualidade para todas as pessoas através da escolarização de todas as crianças e jovens desde a primeira infância até pelo menos o final do Ensino Médio, a alfabetização da população adulta e a formação e contratação de professores.
47. O nível de educação que uma pessoa pode adquirir não pode ser quantitativa ou qualitativamente determinado pelos recursos econômicos de sua família. Ou seja, não é aceitável que o nível de escolaridade e de qualidade da educação dos que têm poucos recursos econômicos familiares seja menor por causa desse fator. Pelo contrário, toda pessoa tem direito ao maior nível de educação que, além do básico obrigatório, ela escolhe cursar com liberdade. O Estado deve garantir formas de financiamento e de oferta educativa para que todos atinjam os níveis mais altos, desde que ponham o que é exigido de sua parte.
48. O financiamento educacional público é um meio sem o qual o direito educacional fica frustrado. Como a realidade socioeconômica das famílias é diferenciada, o Estado em seu financiamento deve prestar atenção especial e preferencial àqueles que dispõem de menos recursos.
49. O orçamento público para o investimento educacional deve ser efetivamente prioritário, como prioritários devem ser em cada família o esforço e a contribuição para a

educação de seus filhos. Para isso, são necessárias políticas públicas que estimulem e favoreçam as contribuições da família e da sociedade com suas empresas, fundações e variadas iniciativas educacionais. Como já dissemos, este financiamento deve ser realizado na perspectiva da equidade, garantindo que os mais necessitados recebam mais recursos para que possam obter os resultados educacionais de qualidade a que todos têm direito.

F. Educadores e educadores

50. Se a educação é uma verdadeira prioridade estratégica, é crucial assegurar que os melhores filhos e filhas de um país sejam educadores. Além disso, é um fato óbvio que, na prática, a maioria dos países dissuade os jovens e desencoraja a sua possível opção pela profissão de educador e os maltrata se eles persistem nesse empenho, como maltrata os que já são educadores. A pouca estima social e o desestímulo econômico para a carreira educacional estão na origem do fracasso dos sistemas educacionais. Em muitos países, o trágico resultado é a falta de educadores idôneos. A chave para uma boa educação é o educador que está vocacionalmente motivado, preparado, bem remunerado e consciente de seu valor social.
51. É indispensável garantir que sejam priorizados os recursos para o pagamento de salários dignos aos educadores. Entre outras coisas, devemos lutar para que o gasto educativo seja eficiente, e seja também transparente, de modo que a sociedade possa monitorar

que os gastos efetivamente realizados cheguem aos seus destinatários se direcionem, prioritariamente, para assegurar adequadas condições de salários e trabalho para os educadores.

52. Prioritária é também a formação destes educadores, a qual deve ser de primeira qualidade para atrair os melhores para a profissão. Esta formação deve incluir, pelo menos, o domínio da matéria a lecionar; as práticas pedagógicas mais adequadas para alcançar as aprendizagens específicas de forma inclusiva e intercultural; as habilidades para criar climas de sala de aula propícios à aprendizagem e acolhedores, respeitosos e seguros. **A capacidade para planejar** de acordo com o contexto específico e as necessidades de cada um de seus alunos, e de avaliá-los com características formativas; **a compreensão** dos fatores sociais, econômicos e culturais que incidem na realização das aprendizagens; **a capacidade** e a atitude adequada **para favorecer a participação** da família e da comunidade no evento educativo, e **a consciência** da responsabilidade social e ética de todo educador. Essas são as características que queremos em nossos educadores: competentes, conscientes, compassivos e comprometidos.

G. O Centro Educativo

53. O centro educativo constitui a unidade básica do sistema educacional. Como tal, deve constituir o centro em torno do qual gira o sistema educacional. Os diretores devem ser adequadamente selecionados e formados para gerenciar seu centro de forma colaborativa com sua equipe docente

e com a participação comunitária. É uma unidade básica de planejamento e avaliação e é obrigação do Estado dotá-la dos elementos infra-estruturais, financeiros, materiais e didáticos necessários para funcionar adequadamente, assim como a autonomia necessária para tomar as decisões que lhe permitam adaptar a educação ao seu contexto específico e resolver o problema educacional da melhor maneira. O sistema educacional deve apoiá-lo em suas buscas, deixá-lo livre em seus processos e pedir-lhe que preste contas de seus resultados.

54. O sistema educacional é amplo e milhões de pessoas participam dele. Mas o fato educativo escolar básico ocorre numa escola concreta, e na sala de aula é onde se dá a relação bilateral do professor com o aluno. Neste sentido, em cada uma das dezenas de milhares de escolas requer-se uma gestão educacional de primeira classe, com uma direção e uma equipe educacional empenhadas em conseguir uma boa qualidade educativa. Essa equipe compartilha o seu empenho com os alunos e seus pais. Para que isto seja realidade em todas as escolas, são necessárias equipes dirigentes, diretores qualificados, verdadeiros animadores da equipe e um gerenciamento educacional de primeira classe. É necessário criar um sistema de formação de educadores para a gestão pedagógica, preparados para a administração do orçamento escolar, cuidar da provisão e da manutenção e, sobretudo, para dirigir e animar a equipe educativa a atingir objetivos muito concretos e mensuráveis.
55. A experiência mostra que, por trás de uma boa escola, há uma boa administração com a capacidade de coordenar

e dirigir toda uma equipe humana de educadores e formadores. É claro que uma boa administração escolar requer uma autonomia que permita tomar decisões importantes a nível escolar, que ninguém pode fazer melhor do que o diretor com a sua equipe escolar.

56. Não basta ser bom professor para ser bom gestor educacional. Dadas as graves carências de diretores, não se pode transformar a educação sem um programa de formação claro, preciso e ambicioso para a gestão educacional, que chegue aos últimos rincões de cada país. Programa que inclui a formação de diretores de escolas, mas também de funcionários públicos que, a nível local, regional e nacional, acompanhem, apoiem, orientem os que estão na escola e na sala de aula. De nada servirá esta formação se não for acompanhada do maior pagamento pelo cargo e bom desempenho da gestão escolar.

H. Propósitos, meios e avaliação

57. Valorizamos especialmente o desenvolvimento de uma cultura que ensina a relacionar os fins desejados com os meios indispensáveis para alcançá-los e a responsabilidade pessoal que cada um de nós tem de dedicar nossas melhores qualidades e habilidades pessoais para fazê-lo.
58. É necessário desenvolver a cultura da avaliação, quantificar os aspectos de cobertura e anos de escolaridade para ver e medir os avanços necessários. Há alguns outros aspectos também mensuráveis na aquisição de conhecimentos e de competências, mas

outros, referidos a valores, graus de solidariedade e responsabilidade social, espírito criativo, sensibilidade e abertura ao pluralismo..., são de medição mais complexa. Por isso, convém explorar novas formas de avaliar a qualidade da educação libertadora pela qual trabalhamos e que estamos convencidos que não pode fazer tudo através de exames padronizados. Mais importante que a mensuração seja talvez a capacidade de inspiração que se consiga no sistema educacional, na família e na sociedade em geral, que vai formando as características de um país e sua produtividade cultural.

59. Pede-se que em todas as nações, de maneira pluralista, sejam convidados instituições, grupos religiosos ou leigos, a trazer contribuições educacionais e formativas desde o mais profundo da consciência e a nutrir convicções espirituais (religiosas ou leigas) enraizadas nelas, que contribuam com sua inspiração para a convivência pluralista, pacífica e solidária que inclui pessoas e grupos mais diversos com suas especificidades em uma unidade sem uniformidade.



Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo

1. Ao ler o texto, o que lhe gera sentimentos de consolo, de esperança, de alento, de luz...?
2. O que lhe causa desolação: desesperança, preocupação, obscuridade...?
3. Perguntas para aprofundar:
 - a) Na sua Província/Conferência, como a Companhia está respondendo à sua missão educativa, no que diz respeito à defesa e promoção do direito à educação e, em particular, dos excluídos?
 - b) Quais deveriam ser as prioridades da Companhia no século XXI quanto ao trabalho em favor do direito à educação, baseado em critérios de maior necessidade, maior fruto e bem mais universal?
 - c) Como a Companhia pode avançar para atuar como um verdadeiro corpo apostólico na defesa e promoção do direito à educação para as pessoas privadas dela?
4. Que apelos sinto para colaborar no trabalho pelo direito à educação para todas as pessoas, especialmente das mais excluídas, na minha Província ou Conferência?

*Somente uma educação
progressiva e orgânica
conseguirá transformar a
existência triste, paralisada
e estéril dos marginalizados
em uma vida alegre,
empreendedora e fecunda
(P. Arrupe).*

A educação da Companhia: uma pedagogia ao serviço da formação de um ser humano reconciliado com seus semelhantes, com a criação e com Deus ⁷

P. Arturo Sosa, S.J.

Introdução

Antes de tudo uma palavra de gratidão aos que tornaram possível este congresso: a FLACSI, a Província do Brasil, a *Rede de Colégios Jesuítas do Brasil* e o Secretariado de Educação Secundária e Pré-secundária da Cúria Geral. A minha gratidão vai também para vocês, delegados, por seu intenso trabalho nas Províncias e aqui no congresso.

É a primeira vez que na Companhia de Jesus se organiza um congresso para Delegados Provinciais de Educação Secundária e Pré-secundária. Tem sido uma maravilhosa oportunidade para encontrar-nos e fortalecer a visão comum universal do apostolado educativo da Companhia.

Neste congresso também participam outras redes vinculadas à educação inaciana, que oferecem educação de qualidade

⁷ Alocução do P. Geral, Arturo Sosa, no 1º Congresso Internacional de Delegados de Educação da Companhia de Jesus (JESSEDU), no Rio de Janeiro, dia 20 de julho de 2017.

a setores sociais marginalizados como *Fé e Alegria*, os *Colégios Cristo Rey*, as *Nativity Schools*, dos Estados Unidos, e o programa educativo do *Jesuit Refugee Service* (JRS).

Em nome da Companhia quero reconhecer o enorme trabalho que vocês, assim como seus companheiros e companheiras neste apostolado, realizam todos os dias para oferecer às novas gerações, em condições tão diversas e difíceis, uma formação que mudará radicalmente suas vidas, oferecendo-lhes instrumentos para contribuir para a humanização do mundo.

Este congresso é uma expressão de nossa ação de graças a Deus e aos nossos benfeitores neste campo, uma afirmação da importância do apostolado educativo e um estímulo à audácia do impossível que nos pode levar ainda mais longe.

I. A tradição educativa: memória inspiradora e não peso paralisante

A educação, e em particular, os colégios são parte da tradição missionária da Companhia. Tudo começou com a percepção que Inácio e seus primeiros companheiros tiveram de seu imenso potencial apostólico. Polanco retratou essa primeira convicção da Companhia em suas famosas 15 razões para ter os colégios ⁸.

Em seus colégios a Companhia criou um modelo educativo enraizado na tradição humanista do renascimento, convencida de que ao educar o caráter das pessoas em

⁸ Monumenta Ignatiana, Tomo 4, pp.7-8.

função do bem comum, realizava uma importante tarefa apostólica. Ao perceber como a educação toca o coração das pessoas, converteram a *cura personalis* no traço distintivo do seu modelo educativo. A espiritualidade que surgia dos Exercícios se converteu, então, no espírito que anima a percepção do mundo, do ser humano e de seu destino.

Com o Concílio Vaticano II e a formulação da missão da Companhia feita nas Congregações Gerais 31^a (1965) e 32^a (1975), nossos colégios se renovaram profundamente.

Aquela tradição humanista, nutrida de espiritualidade inaciana, foi expressada profética e lucidamente pelo P. Arrupe, e pelo P. Kolvenbach, ao indicarem que o propósito da nossa educação é *formar homens e mulheres para os demais e com os demais*⁹.

Posteriormente, a Companhia explicitou este propósito educativo no chamado *Documento dos 4 Cs*, assinalando que busca a excelência humana de nossos estudantes, formando homens e mulheres, conscientes, competentes, compassivos e comprometidos. Desta forma, a excelência acadêmica, dimensão fundamental num colégio da Companhia, se situa no contexto de uma formação para a excelência humana integral. É esta excelência humana integral que dá o sentido último à excelência acadêmica.

⁹ *Seria um erro esperar que este Liceu... fosse uma simples continuação do que os colégios jesuítas foram nos séculos ou décadas passadas. Não se trata de reeditar o passado, nem de importar modelos de outras partes ... trata-se de responder com imaginação e criatividade aos desafios que o mundo de hoje... apresenta à nossa educação* (In: El P. Peter-Hans Kolvenbach y la Educación, Bogotá, ACODESI, 2009. Alocución en el Encuentro sobre Educación. El Compromiso de la Compañía de Jesús en el Sector de Educación. Gdynia, Polonia, 10 de octubre de 1998, p. 297).

A nossa oferta educativa se viu renovada também com uma educação para a fé que promove a justiça, propicia o diálogo entre as culturas e a colaboração entre leigos e jesuítas. Compartilhar o carisma educativo com leigos e leigas, religiosos e religiosas de outras famílias tem sido uma fonte de renovação criativa do modelo pedagógico. Novos modelos institucionais, como *Fé e Alegria*, *Cristo Rey*, *Nativity Schools*, além dos serviços educativos que oferece o JRS, enriquecem o apostolado educativo da Companhia de Jesus no mundo.

Da mesma forma, a criação de redes provinciais e regionais potenciou o alcance de nossas instituições. De grande valor tem sido a dinâmica de discernimento educativo permanente, posto em marcha por um ciclo integrado de três etapas, do qual este congresso é o último degrau de uma primeira rodada, que começou em 2012, com o Colóquio em Boston e continuou em 2014 com o SIPEI (Seminário Internacional de Pedagogia e Espiritualidade Inaciana) em Manresa.

A plataforma ‘on line’ *Educate Magis*, que permite a todos os nossos colégios vislumbrar e desenvolver o imenso potencial internacional que está em nossas mãos, é outra oportunidade de renovação e aprofundamento do carisma do apostolado educativo da Companhia de Jesus.

Os Superiores Gerais e as Congregações Gerais da Companhia de Jesus do pós-Concílio Vaticano II, reconheceram o enorme valor do apostolado educativo e a sua contribuição para a missão da Companhia ¹⁰. Da minha parte, quero aproveitar a

¹⁰ O P. Arrupe assinalava claramente que... *o apostolado da educação é para a Igreja de uma importância absolutamente vital. Tão vital que a proibição de educar é o primeiro, e às vezes o único e suficiente meio, imposto por certos regimes políticos à Igreja para assegurar a des cristianização de uma*

oportunidade deste importante encontro para ratificar a minha estima e a do corpo apostólico da Companhia de Jesus por este apostolado, e sublinhar a sua importância no contexto real do mundo e do nosso serviço na missão de reconciliação, fruto da justiça que leva à paz, que Deus realiza em Cristo.

II. Companheiros em uma missão de reconciliação e de justiça

A educação e, em particular, nossas instituições educativas, formam parte do esforço humano por fazer germinar a semente do reino de Deus na história. Conforme temos contemplado na meditação da encarnação dos Exercícios Espirituais (n.102), Deus, Uno e Trino, comprometeu-se a fundo com a redenção da humanidade. Ao ver e escutar o clamor dos seres humanos Ele o devolve a nós como *chamado, convite, interpelação* a colaborar em seu empenho salvador.

A 36ª Congregação Geral recolheu esta interpelação e confirmou que estamos chamados a ser *companheiros neste propósito universal de reconciliação e de justiça*, nascido do amor misericordioso de Deus e posto em marcha por Ele mesmo através da encarnação, para que todos os seres humanos possamos viver na paz, com plenitude de vida e em relação harmoniosa com o meio ambiente.

Conscientes das difíceis condições de vida das pessoas, assumimos a reconciliação como uma missão de esperança.

nação no espaço de duas gerações, sem derramamento de sangue. Educar é necessário. E isto não se pode alcançar em determinada escala e com a excelência a que me referi sem certo tipo de instituições (Nossos Colégios Hoje e Amanhã, 1980, n.29).

Como ministros de reconciliação, somos mensageiros de confiança no futuro, convidados a curar as feridas pessoais, a promover novos caminhos para produzir bens e modelos de consumo que respeitem o equilíbrio ecológico e gerem uma mudança nas relações sociais, que favoreçam as melhores condições de vida para cada ser humano, de modo que os povos possam viver com liberdade e dignidade, no respeito mútuo.

Nossa missão provém da fé cristã. É um serviço da reconciliação e da justiça que nasce da vida de Cristo, e se deve realizar no seu estilo, nas condições do nosso mundo. A reconciliação verdadeira pede que a justiça se faça presente. Por isto, a busca da justiça social e a geração de uma cultura de diálogo entre as culturas e as religiões, fazem parte deste serviço da reconciliação entre os seres humanos, destes com a criação e da humanidade com Deus. As três dimensões do serviço da reconciliação vão sempre unidas. Não é possível uma real reconciliação com Deus, se ao mesmo tempo não se dão a reconciliação e a justiça entre os seres humanos e destes com a criação.

Certamente, o serviço da reconciliação e da justiça implica que construamos pontes que permitam o diálogo. Sabemos que a tarefa de construir pontes, ou de *tornar-se ponte*, em contextos conflitivos, supõe ser pisoteados por ambos lados da contenda. Esse é o preço do nosso serviço e, no anseio de fazê-lo ao estilo de Jesus, estamos dispostos a pagá-lo.

Este enfoque da missão nos pede conversão pessoal e institucional, nos leva a repensar as estratégias de evangelização, a maneira de realizar a ação pastoral,

nosso modelo educativo e a forma como contribuímos para a transformação das atuais relações sociais, políticas e econômicas, no que elas obstaculizam a possibilidade de uma vida digna para todos.

III. Educação que abre à compreensão do mundo em que vivemos

O serviço da reconciliação começa com a compreensão do mundo em que vivemos e temos como lar. De igual modo, o trabalho do educador, e em particular de nossas instituições educativas, é o de ajudar as jovens gerações a situarem-se diante do mundo e diante de Deus para que possam projetar seu desenvolvimento pessoal e social, contribuindo para a construção de um mundo melhor.

Esta necessidade de compreender a fundo o nosso mundo para poder oferecer o maior e melhor serviço para a glória de Deus é a razão pela qual entendemos nossa missão como *apostolado intelectual*. Nosso desejo é entender o ser humano e o mundo, em sua complexidade, para que o ser humano possa configurar o mundo de um modo mais compassivo e, portanto, mais divino.

O grande investimento que fazemos na formação intelectual é porque queremos que os jesuítas e os companheiros/as de missão sejam capazes de compreender e de pensar por si mesmos em cada situação ou contexto ao qual são enviados. De fato, necessitamos ser verdadeiros intelectuais, no mundo das ciências humanas e sociais, na análise social, na educação ou na pedagogia, e em cada campo apostólico no qual nos encontramos. O mero trabalho em Educação

Superior, em um colégio, ou num centro de pesquisa, não cria um 'intelectual'. Chegar a ser um 'pensador' numa disciplina, exige um processo contínuo.

Para os que compartilham a missão da Companhia de Jesus, ser um 'intelectual' é ser um efetivo instrumento no apostolado. Ser verdadeiros 'intelectuais' em nossa missão apostólica nos permite entender o mundo e seus desafios para proclamar a Boa Nova de modo pertinente, atraente e transformador. A educação é realmente efetiva quando consegue incluir esta dimensão do apostolado intelectual.

Numa leitura intelectual do mundo e seus desafios, a 36ª Congregação Geral foi consciente de que a humanidade vive hoje luzes e sombras, simultaneamente. Contudo, estas últimas são motivo de preocupação e revelam que vivemos uma profunda crise, que afeta ao mesmo tempo as relações sociais, a economia e o meio ambiente, por causa de injustiças estruturais e de múltiplos abusos cometidos contra os seres humanos e o meio ambiente ¹¹. Um rápido olhar sobre seis realidades de nosso mundo nos ajuda a visualizar o alcance que há de ter o serviço da reconciliação e da justiça que nascem da boa nova proclamada por Jesus:

Em primeiro lugar, somos testemunhas de mudanças demográficas sem precedentes. Milhões de pessoas têm a condição de migrantes e refugiados, porque escapam dos conflitos, dos desastres naturais ou da pobreza; todas em busca de uma vida melhor. Algumas sociedades deram-lhes as boas-vindas. Outras reagiram com temor e ódio, buscando como construir muros ou levantar barreiras.

¹¹ 36ª Congregação Geral, Decreto 1, n.29.

Segundo, a crescente iniquidade. Embora o sistema econômico mundial tenha criado enormes riquezas e tornado possível que alguns países possam tirar da pobreza amplos segmentos de sua população, a desigualdade cresce de modo alarmante. A distância entre ricos e pobres aumenta, e certos grupos, como os povos indígenas, são cada vez mais marginalizados.

Terceiro, o incremento da polarização e do conflito. O fanatismo, a intolerância, a disposição para gerar terror, os atos de violência e ainda a guerra, recrudescem e tendem a aumentar. Embora as causas de boa parte da polarização se encontrem na pobreza, no medo, na ignorância e no desespero, grande parte da violência é justificada usando o nome de Deus. O uso da religião e da imagem de Deus para justificar o ódio e a agressão é um dos grandes anti-sígnos de nosso tempo.

Quarto, a crise ecológica que afeta o nosso planeta, que o Papa Francisco chama nossa 'casa comum'. A sua encíclica *Laudato Si* é clara em assinalar que o sistema de produzir e consumir que temos os seres humanos gera uma cultura do 'descarte', que deteriora significativamente o tecido de nossas relações sociais e o meio ambiente, pondo em risco a sustentabilidade do nosso planeta para as futuras gerações.

Quinto, a expansão de um habitat ou cultura digital. A internet e as redes sociais mudaram a forma como os seres humanos pensam, reagem, comunicam-se e se relacionam. Não é apenas uma questão de novas tecnologias. É um novo mundo no qual vivem as pessoas, especialmente as novas gerações. É o início de uma gigantesca transformação cultural que progride a uma velocidade inimaginável, que afeta as relações

personais e intergeracionais e desafia os valores culturais tradicionais. Este habitat ou 'ecossistema digital' tornou possível a expansão da informação e da solidariedade, mas também gerou profundas divisões com a viral expansão do ódio e das falsas notícias.

Sexto, a debilitação da política como busca do bem comum. Em muitos lugares do mundo, cresceu uma decepção ou desilusão frente à política pelo modo como tem sido posta em prática por políticos e partidos. O descontentamento e o descrédito são profundos por causa de expectativas não cumpridas e problemas não resolvidos. Isto tornou possível que líderes populistas cheguem ao poder explorando o medo e o ódio dos povos com sedutoras propostas de mudanças irreais.

Em síntese, estes seis desafios são emblemáticos de uma mudança de época. Mais do que antes, somos conscientes de ser uma única comunidade humana, de compartilhar o mesmo planeta e de ter um destino comum. Talvez, apesar de experimentarmos o fenômeno da 'globalização' em muitos detalhes da vida cotidiana, somos menos conscientes das muitas, profundas e importantes mudanças que se produzem nas culturas e nas relações intergeracionais.

IV. A interculturalidade: comunicação global entre culturas diversas

A dinâmica planetária de intensa comunicação em todos os campos nos faz pensar na existência de um processo que temos concordado em chamar de globalização. No entanto, é um fenômeno que inclui processos ambíguos. Alguns estudiosos

do tema distinguem *globalização* de *mundialização* ¹² para identificar sua tendência dominante.

Ao falar de *globalização*, assinalam a tendência a uniformizar os comportamentos e as culturas. Uma consequência é a diminuição da diversidade cultural, com a tendência a criar um espaço monocultural global, impondo em todas as partes as formas de organização econômica e de interação sociopolítica favoráveis ao capital transnacional. Por outro lado, ao falar de *mundialização*, pretende-se o reconhecimento universal da criatividade, característica da diversidade cultural e seu reconhecimento, como a principal riqueza do exponencial processo de crescimento no intercâmbio humano, em todo o planeta.

Por conseguinte, para situar a nossa ação educativa, é melhor falar de *universalização*, entendida como crescimento da interação entre grupos humanos, culturalmente diversos, capazes de compartilhar uma visão comum dos interesses de toda a humanidade. Esta análise nos ajuda a discernir as tendências existentes numa dinâmica de integração humana crescente e dos resultados das correntes globalizadoras.

O predomínio de uma visão globalizante, que tende a uniformizar as culturas, produziria uma restrição paulatina do intercâmbio cultural que poria em risco inclusive a multiculturalidade. Seria um fenômeno semelhante ao impacto que tem a deterioração do meio ambiente na diminuição da biodiversidade no planeta.

O predomínio de uma visão mundializadora favoreceria os espaços multiculturais e abriria possibilidades para

¹² Não é em todos os idiomas que se poder fazer com clareza esta distinção.

a interculturalidade. Nesta, a contribuição espiritual das religiões, entendidas como dimensões das culturas, propiciaria a superação dos fundamentalismos. É o que em 2008 intuiui a 35ª Congregação Geral ao convidar-nos a ir às fronteiras de nossas culturas e da religião para encontrar, reconhecer e estabelecer o diálogo com outros ¹³.

Para indicar a concepção de universalidade à qual aspiramos com os processos de globalização-mundialização, talvez seja útil recordar o conteúdo original do conceito *catolicidade* que se refere à universalidade da Igreja, acolhendo a imensa diversidade de situações particulares. Convém recordar que o Papa Francisco prefere usar a imagem geométrica do *poliedro* em lugar da 'esfera' para falar da globalização ¹⁴. Tanto o conceito de *catolicidade* como a imagem do *poliedro* recolhem bem o significado da *interculturalidade*.

O ideal é que cada ser humano, ou cada povo, seja capaz de sentir-se parte da humanidade, tornando-se consciente de sua própria cultura (inculturação), sem absolutizá-la, criticamente, reconhecendo prazerosamente a existência de outros seres humanos possuidores de culturas diversas

¹³ *Vivemos num mundo de muitas religiões e culturas. A erosão das crenças tradicionais e a tendência para homogeneizar as culturas fortaleceram diversas formas de fundamentalismo religioso. Alguns usam cada vez mais a fé em Deus para dividir povos e comunidades e para provocar polarizações e tensões que quebram os fundamentos da nossa vida social. Todas estas mudanças nos convidam a ir às fronteiras da cultura e da religião* (35ª Congregação Geral, Decreto 3, n. 22).

¹⁴ *Agrada-me a figura geométrica do poliedro porque é uma, mas tem faces diferentes. Expressa como a unidade se faz conservando as identidades dos povos, das pessoas, das culturas. Essa é a riqueza que hoje teríamos que dar ao processo de globalização, porque, senão, é uniformizante e destrutivo* (Papa Francisco, Diálogo com os membros da 36ª Congregação Geral, 24 de outubro de 2017).

(multiculturalidade) e estabelecendo relações estreitas com eles, enriquecendo-se com a variedade de culturas, entre as quais se encontra a sua própria cultura (interculturalidade). A *universalidade* vivida desta forma pode converter-se num impulso à justiça social, à fraternidade e à paz.

Poderíamos imaginar que tal visão da universalidade humana, corresponde à experiência espiritual do Deus de Jesus de Nazaré. A Igreja, como comunidade dos seguidores de Jesus, teve que superar, com não poucas tensões, seu horizonte local judeu, grego e romano, para ir além de suas fronteiras culturais e experimentar a catolicidade como universalidade com raízes locais. Não é estranho, então, que o Concílio Vaticano II tenha afirmado que *não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração*¹⁵.

O reconhecimento das culturas diversas e a capacidade de viver em contextos multiculturais, respeitando, e até desfrutando da diversidade, é um passo de grande importância. A nossa tentação seria conformar-nos com a multiculturalidade como expressão da universalidade. No entanto, a mera boa convivência, como justaposição entre pessoas de diferentes culturas não basta para avançar

¹⁵ *As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao género humano e à sua história* (Gaudium et Spes, n. 1).

realmente para a universalidade da que estamos falando. O intercâmbio enriquecedor entre as culturas permite experimentar a interculturalidade, e construir a universalidade de um modo mais humano.

A interculturalidade ¹⁶ nos faz viver mais plenamente a universalidade, pois acolhe as diferenças culturais como revelação do rosto da humanidade criada à imagem e semelhança de Deus, e se enriquece com o intercâmbio cada vez mais profundo entre elas. A interculturalidade não é um fim em si mesmo, mas o meio através do qual criamos as condições para viver plenamente a humanidade, contribuindo para a humanização das pessoas, das culturas e dos povos. É algo mais que o reconhecimento da existência de muitas culturas, no presente e no passado (multiculturalidade). Surge da construção de pontes e da comunicação fluida entre elas. Processo complexo, não isento de conflitos, que não é apenas um ‘encontro entre culturas’ para criar um espaço, supra, meta ou transcultural ¹⁷. É mais uma *troca recíproca entre culturas que pode levar à transformação e ao enriquecimento de todos os envolvidos* ¹⁸, sem excluir ou substituir a inculturação, mas aprofundando-a, porque *ninguém pode oferecer aos outros o que não tem*.

Finalmente, a interculturalidade é um processo participativo e interativo com o contexto histórico, social, econômico

¹⁶ As características do fenômeno ao qual nos referimos com a palavra interculturalidade e a relativa novidade da reflexão sobre ele aconselham evitar a formulação de um conceito normativo que possa ocultar, mais que iluminar a sua realidade.

¹⁷ Cfr. Stanislaus, L. e Ueffing, M. (eds.), *Interculturalidad*, Estella (Espanha), Ed. Verbo Divino, 2017, p. 586.

¹⁸ *Ibid.* p. 23.

e político no qual se desenvolve. Como tal, dinamiza o desenvolvimento das culturas, propiciando mudanças que lhes permitem crescer na compreensão da condição universal da humanidade.

Devo ressaltar que minhas reflexões não pretendem impor uma palavra ou conceito, mas antes dar a entender o que se diz quando se usa qualquer um dos conceitos analisados. Não é meu propósito propor-lhes que se excluam da linguagem os conceitos de globalização ou de mundialização, ou seus derivados, mas que possamos entender e buscar sempre a universalidade intercultural.

V. Desafios para a educação de hoje que olha para o futuro

Reconheço que o campo educativo da Companhia está procurando atualizar-se ¹⁹. Tudo isso quer expressar-se no documento que o Secretariado de Educação e o ICAJE tem estado trabalhando para recolher os desafios e oportunidades que o contexto atual oferece ao nosso modelo educativo. Urge-nos incorporar neste processo a visão da missão como foi formulada pela 36ª Congregação Geral, centrada em trabalhar juntos, em colaboração no serviço da reconciliação e da justiça, que só serão possíveis num mundo concebido interculturalmente, como acabamos de indicar. Estou convencido de que a educação da Companhia, e em particular os nossos colégios, podem renovar-se profundamente nesta direção.

¹⁹ Assim atestam as declarações finais do Colóquio de Boston e as reflexões do SIPEI, em Manresa.

A renovação é uma tarefa permanente no trabalho educativo. Temos que dar um passo à frente do que hoje conhecemos e imaginamos. Nossos modelos educacionais devem preparar os jovens para o futuro. Não podemos permanecer em modelos educativos nos quais os adultos nos sentimos confortáveis. Por isso, é preciso dar um passo à frente. Temos que estar alertas contra o perigo da inércia institucional que impede o discernimento e a necessária renovação.

No contexto de uma dinâmica mundial como a que acabamos de descrever, temos que nos perguntar como podemos servir mais e melhor a missão a partir dos nossos colégios. Como um colégio pode educar para a reconciliação? Como podemos ir às fronteiras ou periferias às quais o Papa Francisco nos convidou, em sua alocução à 36ª Congregação Geral, para gerar processos de transformação? ²⁰. Quais são as fronteiras nas quais nossos colégios devem estar e quais são os processos educacionais que devem ser criados?

Respondamos com imaginação e criatividade, sem perder de vista o fato de que o propósito de nossa educação é a formação da pessoa para que dê sentido à sua vida e com ela contribua para o bem comum, em seu contexto, no de sua sociedade e do planeta. Corresponde-nos criar modelos ²¹. Não tenhamos medo disso. Ao fazê-lo, também prestamos um serviço à Igreja, que pediu à educação católica para renovar a sua paixão por esse serviço ao mundo ²². Perguntemo-nos, como

²⁰ Discurso do Santo Padre Francisco aos membros da 36ª Congregação Geral da Companhia de Jesus, 24 de outubro de 2016.

²¹ Nicolás, S.I., Adolfo., *Profundidad, Universalidad y Ministerio Intelectual. Retos para la Educación Superior Jesuita Hoy* (Ciudad de México, 23 de abril de 2010).

²² Congresso de Educação Católica, Roma, 2015.

fez o Papa Francisco à Companhia ao celebrar a canonização do Beato Pedro Fabro: *Temos grandes visões e desejos? Estamos nos arriscando? Estamos voando alto? O zelo do Senhor nos devora (Salmo 69, 10)? Ou somos medíocres e nos contentamos em repetir programas apostólicos que não atingem as pessoas e as suas necessidades?*²³.

Lembre-mos de que os primeiros jesuítas investiram tempo e recursos para criar um modelo educativo que, embora fosse eclético em seus componentes, unificava-se sob a visão inaciana do mundo. Todos conhecemos as grandes contribuições desse modelo que a Companhia denominou *Ratio Studiorum*. Somos chamados a ter igual criatividade para responder aos desafios do futuro sempre incerto, a partir do nosso contexto atual.

Embora os colégios de educação presencial, que alguns chamam de tradicionais, continuem importantes, devemos ter a liberdade e a criatividade para explorar outros modelos, mesmo que sejam híbridos, como o *flip-flop*, ou colégios *on-line*, inclusive modelos pedagógicos e educacionais de fronteira que encarnem o *magis* hoje. Felizmente, neste desafio, contamos com o enorme potencial criativo de nossos companheiros e companheiras no apostolado educativo com os quais colaboramos para pensar, criar e experimentar novas possibilidades.

Nesta linha, quero mencionar alguns desafios concretos que gostaria que enfrentássemos como educadores e como instituições educativas da Companhia de Jesus.

²³ Papa Francisco, Homilia, Igreja do Gesù, Roma, 3 de janeiro 2014.

Primeiro, urge que nossas instituições sejam espaços de pesquisa pedagógica e verdadeiros laboratórios de inovação didática, dos quais surjam novos métodos ou modelos formativos. Isto implicará que exploremos o que os outros fazem e o que podemos aprender deles, como também o que a ciência da pedagogia apresenta para um mundo cada vez mais tecnológico caracterizado pela cultura digital na qual nossos alunos nasceram e cresceram. É necessário que nossas instituições estejam conscientes da mudança antropológica e cultural que estamos presenciando e saibam educar e formar de um modo novo para um futuro diferente.

Segundo, sem excluir nenhuma classe social da nossa oferta educativa, devemos continuar avançando numa educação para a justiça, que tenha muito presentes três aspectos: primeiro, a importância de se aproximar dos mais pobres e marginalizados; segundo, a formação de uma consciência crítica e inteligente diante de processos sociais injustos, sem participação, centrados no consumo, na acumulação do dinheiro e na exploração do meio ambiente; e terceiro, uma atitude construtiva e dialógica que permita encontrar soluções. Isto deve ser refletido em nossas políticas de admissão, em nossos programas de formação, na visão da ciência que transmitimos e nos convênios com outros colégios e instituições sociais.

Terceiro, o respeito e o cuidado com a nossa ‘casa comum’ exige que nossas instituições ofereçam aos nossos alunos uma formação proporcional à dimensão ecológica da reconciliação. Todos os seres humanos são corresponsáveis por nosso planeta, pela sua viabilidade futura, além de nossos interesses nacionais, locais ou geracionais. É urgente unir os

esforços de muitos para criar uma sociedade e uma economia sustentável no tempo, para que os seres humanos e o meio ambiente sejam protegidos. Nossas instituições deveriam refletir em si mesmas essa atitude em suas práticas e na sua estrutura física.

Quarto, o desenvolvimento de uma cultura de proteção dos menores de idade e das pessoas vulneráveis. A Companhia, assim como a Igreja e a sociedade, participa dos esforços coletivos para tomar consciência e adotar as medidas necessárias para que as crianças e os jovens que as famílias confiam à nossa formação gozem da proteção necessária. Deve ficar claro que nossas instituições, buscando a proteção de menores e pessoas vulneráveis, previnem e atuam de forma imediata, efetiva e transparente. Este é um compromisso indispensável da Companhia e, certamente, vital para a credibilidade de nossos colégios.

Quinto, a oferta de uma formação religiosa que abra à dimensão transcendental da vida, capaz de transformar a vida pessoal e social. O Papa Francisco apontou para os participantes da 36ª Congregação Geral que *a fé autêntica sempre traz consigo um profundo desejo de mudar o mundo*. Nosso desafio é saber como comunicar a espiritualidade inaciana para que as novas gerações desejem *em tudo amar e servir* e queiram buscar a maior glória de Deus, além da sua pertença à Igreja. O desafio é como transmitir o que o P. Nicolás chamou de ‘vírus jesuítico’ e o Papa Francisco definiu para nossos antigos alunos como o vírus próprio da Companhia. Ou seja, a ‘marca’ que se espera daqueles que passaram por nossas instituições educativas: que vivam em tensão entre o céu e a terra; isto é, a tensão entre *a fé que*

professam... com o que está acontecendo no mundo de hoje. Tensão que segundo o Papa leva você a agir, leva você a mudar, leva você a fazer, leva você a imitar Deus, redentor, santificador; Isso faz você ser humano ²⁴.

Sexto, embora o conceito *cidadania global* esteja em processo de construção, a nossa educação deve ser aí um ator criativo. Nossa presença em tantos lugares e culturas do mundo nos permite criar e apresentar propostas de formação para uma visão intercultural do mundo, na qual todos os seres humanos são possuidores de uma ‘cidadania global’, na qual se entrelaçam direitos e deveres, para além de nossa própria cultura, dos nacionalismos e dos fanatismos políticos ou religiosos, que impedem o reconhecimento de nossa fraternidade radical.

Como os nossos colégios podem acolher e oferecer uma formação para a cidadania global, que respeitando as particularidades locais das culturas, manifeste o nosso potencial e compromisso universal? Deveríamos ser capazes de criar programas educativos que nos ajudem a pensar e atuar, local e globalmente, sem dicotomias entre as duas dimensões, que caminhem na linha da interculturalidade, assumindo como um dado enriquecedor a diversidade cultural, social e religiosa do nosso mundo ²⁵, sem perder nossa identidade cristã e inaciana.

²⁴ Papa Francisco, A quienes han sido alumnos de la Compañía de Jesús, en http://es.radiovaticana.va/news/2015/11/11/%C2%AB%C2%B Ftodav%C3%ADa_tienen_el_virus_jesu%C3%ADtico%C2%BB,_el_papa/1186082

²⁵ *Para responder a este mundo, que vai se tornando pequeno rapidamente, temos colocado os olhos em educar para uma cidadania responsável na cidade do mundo* (Kolvenbach, Peter-Hans, Universidade Georgetown, 7 de junho de 1989).

VI. Colaboração e trabalho em rede, vias para assumir desafios universais

Os desafios mencionados podem levar à vertigem ou mesmo ao medo. Alguns deles são imensos, e também percebemos nossos recursos e capacidades tão limitados e escassos. Conscientes disso, as Congregações Gerais 35^a ²⁶ e sobretudo a 36^a ²⁷, pediram maior discernimento e maior articulação de forças através da colaboração e do trabalho em rede, tirando um maior proveito de nossa condição de corpo apostólico internacional.

Sobre o discernimento já tenho me expressado em outros lugares. Apenas quero salientar que nossas instituições educativas, pelo fato de possuir uma identidade jesuíta ou inaciana, também têm o desafio de assumi-lo como forma de proceder para tomar decisões. Quero deter-me agora um pouco mais na *colaboração* e no *trabalho em rede*.

A colaboração com outros é o único caminho, na verdade profundamente evangélico, com o qual a Companhia de Jesus pode realizar a sua missão hoje ²⁸. A magnitude e a interconexão entre os problemas que afetam a humanidade hoje são tais que somente, na medida em que a Igreja e a Companhia forem capazes de trabalhar com outros, poderemos contribuir efetivamente para a sua solução.

²⁶ 36^a Congregação Geral, Decreto 3, n.43.

²⁷ *O discernimento, a colaboração e o trabalho em rede oferecem três importantes perspectivas para o nosso atual modo de proceder. Dado que a Companhia de Jesus é um 'corpo internacional e multicultural' num complexo 'mundo fragmentado e dividido', a atenção a estas perspectivas ajuda a agilizar o governo, e fazê-lo mais flexível e apostolicamente eficaz* (36^a Congregação Geral, Decreto 2, n.3).

²⁸ 36^a Congregação Geral, Decreto 1, n.35-38.

A partir de uma atitude de colaboração, encontramos no caminho pessoas e organizações dedicadas ao serviço dos outros, buscando a reconciliação da humanidade e a defesa da criação. Com alguns compartilharemos a fé cristã, com outros a fé em Deus, e em outros descobriremos que são homens e mulheres de boa vontade.

A colaboração entre jesuítas e leigos é uma prazerosa realidade em nossas instituições. Avançou-se muito neste caminho. É necessário, no entanto, continuar caminhando e isto requer toda a nossa criatividade. O caminho percorrido mostra-nos conquistas e revela fraquezas a serem corrigidas. Como podemos formar verdadeiras equipes com sentido apostólico que desenvolvam todo o seu potencial? De que maneira podemos vincular nossos antigos alunos para que se vejam como companheiros na missão, além da saudade da instituição da sua juventude?

A colaboração induz espontaneamente à cooperação através de redes e estas são uma forma criativa de organização do trabalho apostólico ²⁹. O trabalho em rede possibilita a colaboração entre as obras apostólicas da Companhia e as instituições de outros, abrindo inéditos horizontes de serviço que ultrapassam aqueles que são tradicionais numa região ou numa província, e mobilizando maiores recursos e possibilidades em favor da missão.

O trabalho em rede requer suscitar e consolidar a cultura da generosidade como base naquela abertura que permite compartilhar uma visão, cooperar com os outros e a aceitação

²⁹ 36ª Congregação Geral, Decreto 1, n.35.

de uma liderança efetiva que guarda o equilíbrio entre iniciativa local com autoridade global ³⁰.

Os colégios assumiram, com diferentes níveis de desenvolvimento e êxito, este convite para formar redes a nível provincial, regional e global. Algumas redes provinciais e regionais ajudaram enormemente o processo de renovação. Hoje, seria impossível avançar sem elas. Embora algumas províncias e regiões tenham tido dificuldades, o trabalho em rede faz parte hoje do nosso modo de proceder, como apontou a 36^a Congregação Geral, e isto exige que nossos colégios se articulem em redes locais e regionais, além de se abrirem sem reservas à rede global que nos urge consolidar. Não deveríamos ter medo de compartilhar programas, experiências, materiais e até recursos para consolidar a rede internacional.

Somente se pensarmos e atuarmos de modo conjunto e coordenado, acolhendo e integrando a riqueza de nossas diversidades locais, poderemos, graças à rede, enfrentar desafios globais que afetam nossas condições locais. Contamos com mais de 2.000 colégios e uma apreciada presença educativa em mais de 60 países. Temos enormes possibilidades para estimular a esperança em nosso mundo, contribuindo para a formação de homens e mulheres justos, verdadeiros cidadãos do mundo, capazes de gerar diálogo e reconciliação entre os povos e destes com criação.

Nestes dias, no Congresso, vocês experimentaram a diversidade, a riqueza e as incontáveis potencialidades que surgem do nosso trabalho em comum. A Companhia espera,

³⁰ 36^a Congregação Geral, Decreto 2, n.8.

realmente, o compromisso de todos, e especialmente dos Delegados de Educação em cada Província, como das redes regionais, para avançar na construção e consolidação de uma rede global de colégios com uma agenda comum ao serviço da reconciliação e da justiça, que o Senhor construiu, para alcançar a paz. Isto implica que todas as redes incluam em seus planos estratégicos e estruturas a perspectiva da rede internacional e que todos se sintam corresponsáveis por ela. Trabalhar através da rede local e regional exigirá trabalhar também na e pela rede global.

Vocês, como Delegados de Educação nas suas Províncias, são corresponsáveis pelo bom funcionamento das redes, em todos os seus níveis. Duas iniciativas concretas, das muitas que poderiam ser exploradas em comum, são a sua contribuição para o desenvolvimento da plataforma global *Educate Magis* e o trabalho pela consolidação de uma *cidadania global* que cuide do planeta e viva a solidariedade. Estas propostas podem dar pleno significado ao lema deste congresso *Unidos em rede global: um fogo que acende outros fogos*.

Devo ressaltar, no entanto, que o trabalho em rede ao qual estamos chamados não é apenas aquele que se faz com outros colégios. É necessário tomar consciência que os colégios são plataformas apostólicas em diálogo e colaboração com as outras instituições apostólicas da Companhia: as universidades, as obras sociais, os centros de espiritualidade, as paróquias e outras presenças apostólicas. Assim, todos cresceremos e poderemos prestar um maior e melhor serviço apostólico.

Concluo dizendo que a 36ª Congregação Geral também nos pediu *planejamento apostólico* para responder efetivamente aos desafios que enfrentamos. Este não é outra coisa que o instrumento que permite a uma instituição implementar, de forma ordenada, as decisões tomadas através do discernimento. O planejamento nos oferece uma organização estratégica do tempo, das ações e das responsabilidades para a implementação de decisões. Ele supõe que se trabalha como um único corpo, com um único propósito, formando uma equipe em que há diversidade de tarefas e funções.

No nosso caso, o mero planejamento numa instituição educativa não basta. Para que seja apostólico, ele deve tornar presente a Boa Nova em cada instituição, em cada ser humano que o torna possível e recebe o seu serviço. O planejamento deve ser ‘apostólico’ porque também está animado pelo *magis* inaciano, evitando fazer as coisas de forma medíocre, e procurando o melhor e o maior serviço. Não permitamos que desapareça a tensão entre discernimento espiritual, através do exame, e planejamento apostólico, caso contrário este se tornará uma ferramenta administrativa, um fim em si mesmo, que oculta o sentido e o significado do que somos chamados a fazer.

Conclusão: rede global e intercultural com a missão de reconciliação

Concluo lembrando o que Pedro Ribadeneira escreveu em nome de Santo Inácio em 1556, em uma carta ao rei Filipe II de Espanha. Lá apontou que *todo o bem da cristandade e do*

mundo inteiro depende da boa educação da juventude ³¹. Eu acredito que essas palavras continuam sendo válidas para a Companhia de Jesus e para a Igreja.

Não é em vão que o Papa Francisco convocou um sínodo sobre *Juventude e discernimento vocacional*, com a esperança de contribuir para a construção de uma Igreja rejuvenescida, capaz de dar esperança aos jovens. Este sínodo é uma boa oportunidade para nos sentirmos parte da Igreja, para ouvir nossos alunos, para nos aproximarmos do seu mundo, para acolher seus sonhos e suas preocupações, para aprender deles, assim como uma oportunidade para indicar-lhes que fazem parte da Igreja e que ela precisa deles.

Nossos colégios são uma magnífica plataforma para ouvir, servir e contribuir para que as crianças e os jovens de hoje possam sonhar com um mundo novo, mais reconciliado, justo, e em harmonia com a criação, do qual eles mesmos hão de ser os construtores.

Renovando a nossa confiança em Deus, queremos caminhar juntos como rede global com uma missão universal. Os desafios são muitos, mas as possibilidades apostólicas podem ser maiores. É preciso detectá-las. Deus continua trabalhando para criar e salvar. A *missio Dei* segue adiante. Esta fé nos anima a assumir o caminho da audácia apostólica que é capaz de realizar o impossível.

Obrigado!

³¹ Monumenta Pedagógica 1, p. 475 (original em espanhol).



Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo

1. O P. Geral mencionou os seis principais desafios que os nossos colégios enfrentam hoje. Dados o meu contexto, as necessidades de nossos colégios, bem como seus pontos fortes, em qual ou quais desafios, um ou dois, devemos priorizar ou concentrar nossos esforços?
2. Que passos iniciais concretos podemos dar para que o nosso trabalho em rede para uma educação de qualidade seja uma realidade apostólica?
3. Que desafios apresentados pelo P. Geral no Rio de Janeiro seriam comuns ao trabalho realizado pelas universidades da AUSJAL e pelos centros de Fé e Alegria, e que ações podem ser realizadas por nossas instituições para atendê-los?
4. Que moções o discurso nos produz?

*Eduquemos o
marginalizado e o pobre
e ele será o primeiro
impulsionador de sua
própria promoção*
(P. Arrupe).

A universidade fonte de vida reconciliada ³²

P. Arturo Sosa, S.J.

Através do compromisso universitário a Companhia está comprometida a contribuir para tornar verdade histórica a palavra de Jesus: ... *eu vim para que tenham vida e a tenham em plenitude* (Jo 10,10). A reconciliação é possível quando há vida. A vida produz a reconciliação que, por sua vez, a torna vida plena. Reconciliar-se é uma maneira de retornar à vida e de fazê-la crescer em direção à sua plenitude. A plenitude da vida é o amor capaz de entregar a própria vida para que todos tenham vida. O crescente compromisso da Companhia de Jesus na tarefa da vida universitária adquire seu sentido no desejo de contribuir de forma eficaz para tornar possível uma vida digna, plena, para todos e cada um dos seres humanos, no presente e no futuro.

Viver em plenitude significa mergulhar na variedade de peles e culturas que compõem a humanidade. Supõe mergulhar na complexidade dos processos históricos e sociais em andamento neste momento da história. Processos de mudança profundos, complexos, com ritmos tão distintos que chegam a encher-nos de incerteza frente a um futuro cada vez mais difícil de imaginar... Uma universidade como a que queremos, fonte de vida, comprometida a fundo nos

³² Alocução ao Encontro Mundial de Universidades confiadas à Companhia de Jesus, em Loyola (Espanha), dia 10 de julho de 2018.

processos de reconciliação, experimenta em sua própria existência cotidiana as tensões próprias da complexidade social e cultural na qual está inserida com todo o seu ser. A universidade vive também a incerteza da história na qual atua, experimenta em seu próprio ser a fragilidade da vida porque também ela se sente e sabe frágil.

Agradeço de coração esta oportunidade de encontrar-nos num lugar de tanto significado para aqueles que querem encarnar em nosso tempo a profunda experiência humana e espiritual de Inácio de Loyola e seus primeiros companheiros, fundadores da Companhia de Jesus, inspiradores deste caminho no qual também nós decidimos avançar. Agradecimento muito especial àqueles que prepararam com esmero este encontro. Ao P. Michael Garanzini e a suas equipes de trabalho; às comissões que vieram refletindo e fazendo refletir sobre temas cruciais do nosso apostolado universitário. Agradecimento à Universidade de Deusto por acolher-nos neste Encontro e ao Santuário de Loyola por reservar-nos este dia maravilhoso.

I. Aonde viemos e para quê?

Como Universidades sob a responsabilidade da Companhia de Jesus, viemos construindo desde há muito tempo este espaço onde nos encontramos. Deusto e Loyola são lugares físicos onde podemos nos encontrar porque respondem à vocação universitária, isto é, universal, da Companhia de Jesus, como foram a Universidade Ibero-americana do México em 2010 e a Universidade Católica da Austrália, em Melbourne em 2015. Os locais físicos permitem criar o lugar espiritual em que nos encontramos como educadores, colaboradores da universidade na missão de humanizar a história.

Vimos, portanto, a este lugar físico, a Universidade de Deusto e o Santuário de Loyola, porque é também o lugar espiritual onde sentimos que podemos crescer na dimensão universal da contribuição das universidades inspiradas pelo carisma inaciano para a melhoria da humanidade através da reconciliação e da justiça.

Vimos, portanto, a fortalecer-nos como corpo apostólico universal inspirado no carisma inaciano, unido por uma fecunda tradição intelectual humanista, enraizada na fé cristã. Vimos compartilhar nosso olhar sobre o mundo e a história que encontramos no Evangelho e nos Exercícios Espirituais. Olhar para o mundo e a história a partir do amor com que o faz o Deus Uno e Trino significa comover-se com o grito dos milhões de seres humanos que migram em busca de melhores condições de vida, das vítimas da violência, dos empobrecidos que clamam por justiça, dos que são desprezados pela cor de sua pele ou pela religião que professam, dos que veem serem negados os seus direitos de participar democraticamente na vida pública, porque o poder político é açambarcado por pessoas que servem interesses particulares, indiferentes ao Bem Comum e ao cuidado do meio ambiente.

Adotar este olhar representa um considerável desafio epistemológico para a nossa tarefa científica que busca penetrar na realidade, descobrir as raízes da injustiça e contribuir para propor alternativas de transformação econômica e social. Um olhar que se converte também em desafio pedagógico para a nossa docência de maneira que sejamos capazes de transmitir a vida que dele provém. Deste modo de ver, de nos situarmos diante da realidade,

encarnamos a opção preferencial pelos pobres, pela qual a universidade se transforma em um *projeto de transformação social* para gerar vida plena.

Este desafio assume novas dimensões quando os pensamos como uma transformação global. O compromisso com a transformação do mundo atual tem dimensões locais, regionais e globais. São processos complexos e interdependentes. Viemos, portanto, para encontrar a maneira de ir juntos além do que conseguimos normalmente alcançar em nossas sociedades locais, para incidir da melhor forma possível nos níveis regionais e globais do nosso mundo.

A universidade concebida como *projeto de transformação social* é uma universidade que caminha até às margens da história humana, nas quais encontra aqueles que são descartados pelas estruturas e poderes dominantes. É uma universidade que abre suas portas e janelas para as margens da sociedade. Com eles e elas surge um novo alento vital que faz dos esforços de transformação social fonte de vida e plenitude.

II. Uma vida justa e em paz

A 36ª Congregação Geral da Companhia de Jesus é um convite a enfocar a missão das universidades a partir da perspectiva de companheiros em uma missão de reconciliação e justiça.

Nossas obras educacionais em todos os níveis e nossos centros de comunicação e investigação social ajudarão a formar homens e mulheres comprometidos com a reconciliação, capazes de superar os obstáculos que a ela se opõem e propor soluções. O apostolado intelectual deve ser fortalecido para ajudar a transformar nossas culturas e

sociedades ³³.

A reconciliação é uma mensagem de esperança baseada na convicção profunda de como Deus - Uno e Trino - atua na história. O Pai está reconciliando todas as coisas por meio da encarnação, vida, paixão, morte e ressurreição de Jesus, o Cristo. Deu-nos o seu Espírito para nos tornar colaboradores desta obra de reconciliação, missão confiada à comunidade dos seguidores de Jesus, a Igreja. A Companhia de Jesus nasceu e tem sentido como colaboradora da missão reconciliadora que passa por contribuir para a justiça social.

A vida cotidiana dos que participam na missão da Companhia de Jesus em todo o mundo permite constatar quão distante está a realidade do nosso mundo para oferecer as condições para uma vida humana em paz, como é o ideal desejado profundamente de pessoas e povos. Em plena mudança de época histórica assistimos ao escândalo da crescente desigualdade que gera violência, migrações forçadas, discriminação racial, pobreza indesejada, autoritarismos e populismos portadores de falsas ofertas de redenção social... Com tristeza observamos a impossibilidade de deter a degradação do meio ambiente por falta de atenção responsável ao cuidado da Casa Comum. Nós e nossas instituições temos uma questão pendente nesta corrida para nos responsabilizarmos pela reconciliação com o meio ambiente.

Em meio à preocupação pelo enfraquecimento da consciência cidadã, dos regimes políticos democráticos e dos mecanismos de tomada de decisões públicas, se nos apresenta o enorme

³³ 36ª Congregação Geral, Decreto 1, n.34.

desafio de incorporar-nos lucidamente na nova cultura digital que vai mudando rapidamente os modos de pensar e de relacionar-se entre os seres humanos.

Não é apenas uma revolução tecnológica, mas a criação de um novo mundo no qual habitamos. O ecossistema digital é o começo de uma profunda mudança do paradigma cultural humano. Um desafio à criatividade da tradição educativa da Companhia de Jesus, chamada a tornar presente neste novo mundo a boa nova da humanidade reconciliada em Jesus por sua vida entregue por amor.

A Universidade como instituição humana, e o apostolado universitário da Companhia de Jesus, têm sabido enfrentar criativamente épocas históricas difíceis e complexas na e pela fidelidade ao seu carisma, à sua razão de ser. A universidade é uma comunidade de interesses espirituais empenhada na busca da verdade. A Universidade se reconhece na *busca da verdade* porque está convencida da possibilidade de o ser humano aceder a ela. A Universidade está sempre aberta a reconhecer criticamente a provisoriedade do conhecimento, através do qual pretende formular a verdade e continuar a incessante tarefa de encontrá-la.

A Universidade Católica está intimamente comprometida com a busca da verdade. Como o recordou o Papa Bento XVI em Havana: *Deus criou o homem com uma inata vocação à verdade e, para isso, dotou-o de razão. Não é certamente a irracionalidade, mas o desejo pela verdade, o que promove a fé cristã. Todo ser humano há de indagar a verdade e optar por ela quando a encontra, mesmo correndo o risco de enfrentar sacrifícios* ³⁴.

³⁴ Eucaristia de 28 de março de 2012.

A Companhia de Jesus encontrou na Universidade um espaço formidável para colocar em prática a missão recebida, inspirada no Evangelho, de promover com determinação a justiça social e a sustentabilidade ecológica através do diálogo com as culturas e as religiões. A Universidade fomenta processos de criação de conhecimento e acompanha processos de formação humana nos quais, juntamente com os conhecimentos, transmite o sentido da vida reconciliada e em paz.

Vivemos numa época marcada pela tensão entre o secularismo e os fundamentalismos religiosos e ideológicos nos quais a presença *católica* na universidade adquire um novo sentido. A universidade é esse espaço plural no qual criam-se as condições para o diálogo e a compreensão em profundidade dos processos históricos, pessoais e intelectuais. É um espaço privilegiado para o exercício da liberdade humana. Liberdade para *buscar e encontrar* através da pesquisa e da docência os caminhos da transformação social. É um espaço em que a mensagem de libertação da Boa Nova do Evangelho pode contribuir para encontrar melhores caminhos para gerar vida no meio das dificuldades e incerteza, que parecem sufocar a cotidianidade da maioria dos homens e mulheres, abrindo espaço para a esperança.

III. Apostolado intelectual é ir ao encontro da Sabedoria

Para as instituições universitárias animadas pela Companhia de Jesus não basta atingir a profundidade intelectual que permite criar conhecimento e transmiti-lo como elemento da formação humana integral. O verdadeiro desafio é que seja

apostolado, isto é, um modo de anunciar mais eficazmente a Boa Nova do Evangelho, de aprender a captar a presença de Deus no mundo e a ação do Espírito na história para somar-se a ela e contribuir para a libertação humana.

Através do apostolado intelectual associamo-nos à obra criadora do Senhor, palavra pela qual foram feitas todas as coisas ³⁵. Uma universidade sob a responsabilidade da Companhia de Jesus está, portanto, chamada a criar. Capacidade criativa que se demonstra sobretudo em sua capacidade de antecipar-se ao seu tempo, de estar vários passos à frente do momento presente. Uma universidade capaz de ver além do presente porque cultiva e se nutre de uma memória histórica inspiradora e iluminadora.

A Universidade é um espaço privilegiado para desenvolver a dimensão intelectual presente em toda a ação apostólica empreendida pela Companhia de Jesus. Sabemos que a profundidade intelectual não surge espontaneamente, nem basta pôr o rótulo de universidade ou de centro de pesquisa para alcançá-la. O trabalho intelectual requer esforço e dedicação que supõem tempos de aridez que desafiam a vontade de quem a ele se dedica. Requer sensibilidade para as situações das pessoas e dos povos. Precisa olhar além de suas paredes para acompanhar os complexos processos da história humana.

Além disso, não basta alcançar profundidade intelectual, mas que esta encontre sentido, além de si mesma, como contribuição para melhorar o mundo. O trabalho intelectual é apostolado quando se realiza a céu aberto, não encerrado

³⁵ Jo 1,1-4.

num gabinete nem seguro de suas próprias certezas. Quando é capaz de dialogar com outras disciplinas, enriquecer-se com outras perspectivas e diversas visões do mundo, da ciência e da cultura. Quando não se encerra em sua suposta verdade. Quando se vive como missão recebida, como envio a contribuir para a libertação do mundo. Portanto, realiza-se como serviço que não busca o reconhecimento nem a glória das pessoas ou das instituições, mas a maior glória de Deus.

Desta forma, vai-se ao encontro da Sabedoria como a definiu o P. Adolfo Nicolás: *um conhecimento superior, abrangente, profundo e transformador. Não apenas, portanto, um conhecimento científico: um saber sobre algo, mas um conhecimento que leva a pessoa a situar-se em atitude de busca permanente diante das grandes questões e, mais ainda, que leva a pessoa à empatia, à compaixão frente a qualquer ser humano e a uma atitude de respeito à natureza como dom e, ainda mais, ao princípio inaciano de buscar e encontrar Deus em todas as coisas*³⁶.

A sabedoria existe encarnada em *pessoas sábias* que a tornam presente entre nós. A sabedoria não é um acúmulo de conhecimentos que se alojam no cérebro de uma pessoa ou em livros, memórias virtuais, bibliotecas ou mega servidores. A sabedoria é um atributo que se reconhece naquelas pessoas que alcançam esse grau de maturidade humana, afetiva e intelectual que torna o encontro com elas ocasião para ver além do que ordinariamente estamos habituados a ver em nosso redor e dentro de nós mesmos. Ser uma pessoa sábia é, então, questão de amor, de sair ao encontro dessa *sabedoria* que quer ser encontrada na história e na criação.

³⁶ Universidade de Deusto, *Lectio Inauguralis*, 9 de setembro de 2011.

O apostolado intelectual nos leva em direção à sabedoria que supõe o *discernimento* pelo qual nos tornamos capazes de perceber onde Deus passa neste momento da situação mundial, global e local para escolher o que mais convém para a glória de Deus, que não é outra coisa que a vida humana plena. Esta reflexão coloca-nos diante da inevitável pergunta se a Universidade cria e mantém os espaços para o discernimento convertido numa forma ordinária de tomar decisões.

IV. A universidade que se forma para a cidadania universal

A cidadania é a dimensão pela qual um ser humano é entendido como parte de uma relação complexa com outros seres humanos que compõem a comunidade humana. É saber-se parte integrante e participante da ‘cidade’ (daí ‘cidadão’), da ‘polis’ (daí ‘político’). A cidadania, portanto, implica a identificação de alguém com algo que é maior do que ele mesmo, que é mais abrangente que seus próprios interesses individuais, os quais são sempre parciais e estreitos. A consciência de cidadania abre diante dos olhos dos indivíduos o amplo horizonte da comunidade, da sociedade, do meio ambiente. Coloca-os na perspectiva do bem comum e da responsabilidade pessoal pelo coletivo, pela *res publica*, o que é de interesse e benefício de toda a coletividade.

Por isso, a cidadania é aquela faceta da nossa existência humana através da qual o indivíduo se torna pessoa ao reconhecer os outros como seus iguais em termos de dignidade e direitos, não mais como seres inferiores e desprezíveis, que devem ser eliminados porque não merecem estar entre nós,

nem como concorrentes ou potenciais inimigos que devem ser eliminados, porque são uma ameaça. A consciência cidadã leva-nos a ver os outros como pessoas que, a partir de sua diversidade, contribuem para a vida comum de todos, como companheiros de caminho, necessários para que todos tenham uma vida plena.

A globalização, característica da mudança de época, impulsiona processos ambíguos. Alguns estudiosos desse fenômeno distinguem *globalização* de *mundialização* ³⁷ para indicar a tendência dominante do processo. Chama-se *globalização* a tendência a padronizar os comportamentos e as culturas humanas como consequência da mudança de época e provoca uma diminuição da diversidade cultural. É a tendência a criar um espaço global monocultural. Pretende ir se impondo em toda parte aquelas formas de organização econômica e interação sociopolítica que são em última análise favoráveis ao capital transnacionalizado, dominante neste esquema globalizador. A *mundialização* seria a tendência a reconhecer a criatividade humana que se expressa na diversidade cultural que constitui a principal riqueza do processo de crescimento exponencial do intercambio humano em todo o planeta. A partir deste ponto de vista, entende-se a universalização como o crescimento da interação entre grupos humanos culturalmente diversos, capazes de compartilhar uma visão comum dos interesses de toda a humanidade. Além das distinções conceituais ou terminológicas, o que interessa deixar claro aqui é a necessidade de discernir as tendências e possíveis resultados das correntes globalizadoras para promover aquelas que produzem vida plena.

³⁷ Não é em todos os idiomas que se pode fazer com clareza esta distinção.

A globalização-mundialização multiplicou os fluxos migratórios em todo o mundo. Se a crescente mobilidade humana é dominada pela tendência uniformizadora das culturas, a consequência seria uma restrição paulatina do intercâmbio cultural que colocaria em risco inclusive a multiculturalidade. Seria um fenômeno semelhante ao impacto que tem a deterioração do meio ambiente sobre a diminuição da biodiversidade no planeta. Por outro lado, a tendência mundializadora multiplicaria as oportunidades de espaços multiculturais e abriria muitas possibilidades à interculturalidade. Daria, além disso, ocasião para a contribuição da vivência espiritual das religiões como dimensões das culturas, propiciando a superação dos fundamentalismos. Em 2008, a Congregação Geral da Companhia de Jesus expressou-o assim: *Vivemos num mundo de muitas religiões e culturas. A erosão das crenças tradicionais e a tendência para homogeneizar as culturas fortaleceram diversas formas de fundamentalismos religiosos. Alguns usam cada vez mais a fé em Deus para dividir povos e comunidades e para provocar polarizações e tensões que quebram os fundamentos da nossa vida social. Todas estas mudanças nos convidam a ir às fronteiras da cultura e da religião*³⁸.

Formar para a cidadania universal supõe educar no reconhecimento da diversidade como dimensão constitutiva da vida humana plena. Supõe experimentar a diversidade cultural como oportunidade de enriquecimento humano. Queremos formar um ser humano capaz de sentir-se membro da humanidade, porque se tornou criticamente consciente sua própria cultura (inculturação), é capaz de reconhecer com alegria a dos outros seres humanos (multiculturalidade)

³⁸ 35ª Congregação Geral, Decreto 3, n.22.

e relacionar-se com os outros, enriquecendo-se da variedade da qual a sua própria cultura forma parte (interculturalidade). A universalidade vivida desta maneira pode se tornar um impulso para a justiça social, a fraternidade e a paz.

Adquirir a cidadania universal seria um dos frutos de estudar ou trabalhar em uma instituição educacional da Companhia de Jesus. É uma das dimensões constitutivas da pessoa que nos propomos fomentar e acompanhar durante a sua formação. Além disso, é necessário provocar as condições para ouvir o chamado ao serviço público como compromisso pessoal. A vocação ao compromisso direto na política é uma vocação de serviço à reconciliação e justiça tão necessária quanto complexa. Abrir essa possibilidade na vida de alguns é parte de nossa tarefa educativa. Acompanhar a formação daqueles que escolhem servir na política é uma das maiores contribuições que podemos fazer para a melhoria das sociedades humanas em todas as partes do mundo.

V. Nossa identidade é nossa contribuição

Sentir-se ou declarar-se herdeiros da rica tradição educativa da Companhia de Jesus não é suficiente para sê-lo em situações tão mutáveis nas quais se desenvolve atualmente a nossa atividade universitária. Viver a tensão da fidelidade criativa é um requisito profundo do *magis* da espiritualidade que nos alenta. A fidelidade não se expressa apenas em manter os nomes das instituições ou alguns símbolos que façam referência à longa tradição histórica da qual queremos continuar fazendo parte. A autêntica fidelidade é a que se manifesta através de respostas inovadoras aos desafios dos tempos atuais. A fidelidade à tradição da qual procedemos

significa responder criativamente aos sinais dos tempos a partir da identidade que nos une a ela.

Com a tradição une-nos a identidade do que temos chamado de humanismo característico da educação oferecida pela Companhia de Jesus. Educação humanista porque acompanha o processo de cada pessoa, cuidando de sua particularidade ao mesmo tempo em que a ajuda a sair de si mesma para encarregar-se da humanidade e abrir-se à transcendência.

A partir de nossa identidade procuramos vincular a vida das pessoas com a contribuição para a construção de um mundo mais humano, através da luta pela justiça e a reconciliação entre as pessoas, os povos e o meio ambiente. Isso requer profundidade espiritual e intelectual capaz de olhar para as pessoas em seu espaço concreto, ao mesmo tempo em que se alegra de formar parte da diversidade cultural do mundo e ser capaz de se engajar com ela em um diálogo enriquecedor. O humanismo de nossa tradição é inculturado porque tem raízes em cada lugar, dialogal porque se relaciona com outras culturas ou tradições, e intercultural porque se enriquece do intercambio. É um humanismo que entrelaça relações pessoais e locais com a complexidade do mundo através do diálogo aberto de ideias, culturas e tradições religiosas.

É por isso que colocamos a formação integral de cada pessoa e não apenas a sua capacitação para o desenvolvimento profissional no centro de nosso trabalho universitário. Aspiramos a que nos reconheçam pela qualidade humana de nossos egressados, não porque eles são bons para concorrer em um competitivo mercado de trabalho. Fazemos o possível para abrir novos caminhos para a reconciliação humana num

momento da história em que se fecham as possibilidades de vida para povos inteiros. Queremos ser e formar o que Jon Sobrino, S.J. chama *pobres com Espírito*, pessoas que se despojam livremente de si mesmas e contribuem para que a vida de todos seja humanamente mais densa. Propomo-nos a educar pessoas consistentes, responsáveis por si mesmas e também pelos outros e pela terra que habitamos.

Toda a comunidade universitária é chamada a encarnar a identidade que garante a fidelidade criativa à tradição educativa da Companhia de Jesus. A Universidade é uma comunidade educadora da qual fazem parte os pesquisadores, os professores, os funcionários, os trabalhadores, as autoridades, os estudantes e os egressados. Cada pessoa e cada categoria de pessoas tem responsabilidades diferentes e complementares na experiência e transmissão de identidade que mantém a tensão entre fidelidade à tradição e criatividade para responder a novas situações.

A identidade das universidades sob a responsabilidade da Companhia de Jesus não está diretamente relacionada com o número de jesuítas existentes na comunidade universitária, mas com a capacidade de compartilhar o espírito que as anima, o modo de proceder característico e a comunhão na missão compartilhada. Desejamos que sejam muitos os jesuítas que se comprometam na complexa tarefa universitária em todas as suas dimensões como companheiros de tantas outras pessoas chamadas a continuar em fidelidade criativa esta fecunda tradição educativa. Mas acima de tudo desejamos contar com muitos companheiros e companheiras com os quais levar adiante, juntos, as responsabilidades universitárias.

Somos enviados ao trabalho universitário como dimensão da reconciliação de todas as coisas em Cristo. As universidades confiadas à Companhia de Jesus podem ser fonte de vida porque recebem o dom da vida de quem nos envia a dá-la depois de haver entregado a sua. Fazer-nos conscientes do espírito missionário do trabalho universitário, conservá-lo e ampliá-lo, é fonte de fecundidade intelectual, pedagógica e de serviço próprio das universidades para a sociedade como dimensão do *vão por todo o mundo e anunciem a Boa Nova a toda a criação* (Mc 16,15).

A partir do *magis* inserido em nossa identidade, procuramos contribuir para fazer *mais* a partir da universidade e cumprir *melhor* a sua missão própria. Permitam-me referir-me a dois desafios atuais do *magis* universitário da Companhia de Jesus. O primeiro é superar os limites geográficos e sociais dentro dos quais se movem nossas instituições universitárias. Somos enviados para onde não é fácil chegar ou outros evitam chegar. A educação universitária oferecida pela Companhia de Jesus quer estar aberta a todos e está chamada a fazer esforços especiais para alcançar os marginalizados, empobrecidos, refugiados e deslocados por causa das relações sociais injustas que dominam o mundo atual. A nova época histórica do conhecimento colocou ao nosso alcance meios educacionais que permitem alcançar populações geograficamente distantes ou socialmente marginalizadas. Há poucos meses pude compartilhar o sorriso de um grupo de jovens no norte do Sri Lanka que recebeu seus diplomas universitários graças ao esforço conjunto da comunidade jesuíta da área e o *Jesuit Worldwide Learning*. Tenho certeza que muitos de vocês tiveram experiências semelhantes em campos de refugiados em áreas rurais ou em favelas das

grandes cidades do mundo... Um *sinal dos tempos* que nos desafia a implementar uma espiritualidade inspirada no *magis*. Quanto *mais* e *melhor* podemos fazer nesta direção?

O segundo desafio nos colocou a 36ª Congregação Geral ao convidar-nos a promover uma *cultura da salvaguarda das pessoas vulneráveis*. Talvez seja o mandato mais complexo que a 36ª C.G. fez ao corpo apostólico da Companhia de Jesus. Provocar a mudança cultural da magnitude necessária para criar um ambiente saudável e seguro para todos e cada um dos seres humanos é uma tarefa a longo prazo que requer um cuidadoso discernimento e profunda reflexão sobre o que de melhor podemos fazer a partir do nosso carisma e com nossa capacidade para ir alcançando-o. Promover esta mudança cultural é tocar as estruturas de injustiça das atuais sociedades humanas com todos os riscos que isso supõe. Uma cultura da salvaguarda incorporaria de maneira singular o respeito pelos Direitos Humanos. As Universidades são promotoras de mudanças culturais. Este desafio abre uma oportunidade para o trabalho concreto e de longo prazo numa importante dimensão de reconciliação, justiça e vida plena. Pedi ao Secretariado para a Justiça Social e Ecologia da Companhia de Jesus que coordene os esforços de todo o corpo apostólico nessa direção.

VII. Juntos somos mais fecundos

A própria 36ª Congregação Geral nos orienta quanto aos passos a dar para melhorar a fecundidade da universitária fonte de vida e reconciliação:

O discernimento, a colaboração e o trabalho em rede oferecem três importantes perspectivas para nosso atual

modo de proceder. Dado que a Companhia de Jesus é um 'corpo internacional e multicultural' num complexo 'mundo fragmentado e dividido', a atenção a estas perspectivas ajuda a agilizar o governo e fazê-lo mais flexível e apostolicamente eficaz ³⁹.

As universidades são uma particular expressão da internacionalidade e multiculturalidade do corpo apostólico da Companhia e estão no meio do mundo fragmentado e dividido. Através do discernimento, as universidades se abrem à possibilidade de colocar-se em contato com a fonte de vida que se propõem a transmitir, e adquirem a liberdade necessária para seguir a corrente de vida que brota de sua própria fonte. O discernimento nos mantém em contato com os sonhos de um mundo melhor, para o qual se direcionam os esforços de pesquisa, a produção de conhecimento, a docência e a incidência social. O discernimento orienta e dá sentido ao planejamento do melhor uso dos recursos disponíveis para atingir os objetivos do trabalho universitário.

Uma instituição universitária só é possível por meio da colaboração. Por isso insistimos em chamá-lo *comunidade universitária*. Sabemos também que é muito o que podemos fazer para ampliar e aprofundar a colaboração dentro da própria universidade, entre universidades e com tantas outras possibilidades que se abrem hoje para ela.

A colaboração é concebida pelas Congregações Gerais da Companhia de Jesus posteriores ao Concílio Vaticano II como parte da identidade do corpo apostólico universal. Reconhecemo-nos *mínima Companhia colaboradora* em algo

³⁹ 36ª Congregação Geral, Decreto 2, n.3.

muito maior do que nós e que não depende de nós. Como corpo apostólico universal, tratamos de prestar a melhor colaboração possível à missão de reconciliação e de justiça na qual somos companheiros dos membros da Igreja e todas as pessoas de boa vontade empenhadas em humanizar a história e cuidar da Casa Comum. Nesta perspectiva, a universidade é colaboradora da missão mais ampla e complexa confiada à Companhia de Jesus e, como tal, concebe-se a serviço da vida reconciliada.

A colaboração é também uma característica fundamental do modo de proceder na vida cotidiana da universidade. Insistimos muito na necessidade de trabalho em equipe e promovemos uma liderança que promova e saiba aproveitar para melhorar a eficiência do uso dos recursos disponíveis e até de multiplicá-los. Temos um longo caminho a percorrer para incorporar essa maneira de proceder mais profundamente em cada uma das universidades e melhorar substancialmente a colaboração das universidades entre si e com outras instituições, projetos e grupos que lutam pelos mesmos objetivos.

Com os atuais meios disponíveis, a colaboração se multiplica e torna mais eficiente através do trabalho em redes. O trabalho em rede *pressupõe uma cultura de generosidade* ⁴⁰ que supere as tendências de cuidar e multiplicar recursos para o uso exclusivo de cada instituição universitária. A cultura da generosidade está na base da fecundidade que alcança mais e melhores frutos de vida plena. Com esses critérios se forma o sujeito do apostolado universitário da Companhia de Jesus.

⁴⁰ 36ª Congregação Geral, Decreto 2, n.8.

O presente Encontro Mundial de Universidades confiadas à Companhia de Jesus, aqui em Loyola e em Bilbao, quer fazer história nesse caminho do discernimento, do planejamento apostólico, da colaboração e do trabalho em redes com a criação longamente preparada da *Associação Internacional de Universidades Jesuítas* (International Association Jesuit Universities- IAJU) mediante a qual abrimo-nos a uma nova época e a um novo estilo de trabalho universitário fecundo. Com a nossa presença aqui, estamos confirmando nosso desejo e vontade de unir-nos para sermos mais fecundos. Desejos e vontade que se tornarão compromissos concretos para dar vida a novas formas de inter-relação dentro de e entre as instituições universitárias.

Vimos de um longo caminho cheio de conquistas em meio a não poucas dificuldades. Um caminho de séculos que promete prolongar-se por muito mais tempo. Para percorrer as novas etapas do caminho, desconhecidas como as anteriores, vemos a conveniência de nos unirmos, aproveitar o melhor que somos e temos para nos tornar fonte de vida plena e reconciliada.



Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo

Uma universidade confiada à Companhia de Jesus é chamada a olhar além de suas paredes para se comprometer com a transformação da realidade:

1. O que significa para mim, nas responsabilidades que tenho em minha instituição, o apelo para que a universidade jesuíta se torne um projeto de transformação social para gerar vida?
2. Como a universidade pode contribuir pelo seu trabalho para uma vida digna e plena para cada um dos seres humanos, tanto no presente como no futuro?
3. Sinto que a minha instituição cultiva suficientemente esta missão transformadora que visa ‘humanizar a história’ para que todos, especialmente os mais vulneráveis tenham vida plena com base num mundo justo?
4. Considero a minha instituição universitária é formadora de uma ‘cidadania mundial’? Como membro dessa comunidade universitária, sinto-me parte do processo de formação que me capacita como agente de reconciliação e para me encarregar da complexidade e riqueza da diversidade cultural, religiosa e política que nos rodeiam?
5. Que pontes concretas temos estendido institucionalmente em direção a outros (pessoas e organizações), próximos e distantes, para colaborar com a missão de reconciliação e de justiça social?
6. Como podemos construir essas pontes, até onde vamos consegui-lo? Até que ponto nossas visões do mundo e da história se ‘cruzam’ com o olhar do Evangelho e dos Exercícios Espirituais?

*Uma vez que no contexto
mundial, nossas instituições
sempre serão numericamente
uma pequena minoria, sentimo-
nos chamados a fortalecer a
consciência internacional a
respeito da necessidade de uma
educação de qualidade para todos*
(P. Adolfo Nicolás)

Educamos nas fronteiras. Fé e Alegria, movimento global ⁴¹

P. Arturo Sosa, S.J.

Sinto-me feliz de poder participar da inauguração deste Congresso Internacional de Fé e Alegria, que me permite ser, uma vez mais, testemunha do renovado dinamismo desse movimento de educação popular. Recordo com emoção as primeiras visitas à Escola de Fé e Alegria do Bairro Unión de Petare, em Caracas. Eu poderia dizer que comecei a conhecer os bairros pelas mãos de Fé e Alegria. Como imaginar que aquela pequena semente plantada por um grupo de estudantes universitários guiados pela intuição do P. José María Vélaz, S.J., semeada no terreno fértil que foi a casa de Abraham e Patrícia Reyes em Cátia, Caracas, produziria esta magnífica rede internacional que conecta mais de um milhão e meio de estudantes em mais de três mil centros educativos em vinte e dois países do mundo, sem a mínima intenção de frear o seu crescimento.

Fé e Alegria nasce de uma fina sensibilidade pelas necessidades das crianças e jovens sem acesso à educação. Nasce da fé nas capacidades de todos os jovens; da fé na eficácia da educação como instrumento de crescimento pessoal integral e de transformação social. Fé e Alegria amadurece porque tem uma forte identidade, uma clara

⁴¹ Discurso no 47º Congresso Internacional de Fé e Alegria. El Escorial, Madrid, 29 de setembro de 2018.

missão e tem sabido desenvolver sua organização para atender as exigências de sua proposta educativa e social. Fé e Alegria aprendeu a *enredar-se*; encontrou no funcionamento em rede o modo de melhorar o uso de seus recursos.

A rede educativa e popular Fé e Alegria, sustentada por mais de 43.000 leigos e leigas, cerca de 900 religiosas e religiosos, entre os quais mais de uma centena de jesuítas, é um sinal palpável da Igreja como corpo e de como se constrói a identidade colaborando na única missão. Os inúmeros carismas leigos e de mais de 130 congregações religiosas representam uma surpreendente variedade capaz de complementar-se e contribuir para tornar este movimento de educação popular um testemunho vivo de colaboração na missão de reconciliação e justiça à qual somos chamados.

Fé e Alegria tem se tornado uma das redes de educação nas fronteiras que dá um novo rosto ao apostolado educativo da Companhia de Jesus. Atrevo-me a dizer que Fé e Alegria é a rede internacional de educação de qualidade para os setores populares mais significativa que a Companhia de Jesus, em colaboração com tantas outras congregações e pessoas, oferece à Igreja e ao mundo. Fé e Alegria é também um grande desafio e uma grande responsabilidade compartilhada. Sua história e identidade levam-na a não se deter, mas a aceitar o desafio de ir além de suas próprias conquistas, porque sabe como o muito que tem sido feito ainda é pouco em relação ao que se pode fazer para continuar abrindo oportunidades de educação de qualidade aos milhões de jovens que ainda não a têm.

José María Vélaz sempre se atreveu ao mais. Como os pais de Jesus, com cujos nomes foi batizado, acreditou que para Deus nada é impossível e impulsional a aventura que permitiu

esta impressionante rede educativa para a colaboração de milhares de pessoas junto a mui variadas instituições públicas e particulares.

Fé e Alegria, junto com o *Serviço Jesuíta de Refugiados* e as redes de colégios e universidades jesuítas, formam o coração do serviço educativo da Companhia de Jesus. É verdade que cada uma das redes tem finalidades específicas e até elementos proféticos distintos. No entanto, cada dia que passa é mais difícil compreendê-las por separado e torna-se mais claro o potencial transformador de uma rede de escolas e instituições educativas de todos os níveis que lutam pela transformação do mundo.

Esta intuição está expressa nas últimas Congregações Gerais da Companhia de Jesus, quando mencionam Fé e Alegria como exemplo emblemático do esforço educativo que promove a justiça, funcionando como rede de redes, e possível porque se abre a muitas formas de colaboração.

Espero que este Congresso recolha a mensagem da recente 36ª Congregação Geral, que salienta a importância da proximidade com os pobres, convida a multiplicar e aprofundar a colaboração através de redes e aponta o discernimento como o modo de tomar decisões que levam a descobrir novas fronteiras na contribuição para todas as dimensões da reconciliação e da justiça a partir da educação.

I. Servir ao povo sem fronteiras: chamados a uma missão universal

Desde o seu nascimento, a Companhia de Jesus se configura como um organismo internacional chamado a uma missão

que não conhece fronteiras nacionais ou continentais. Aqueles que participam da missão atual da Companhia, jesuítas, religiosos, leigos/as, são pessoas de muitas nações formando o mesmo corpo internacional e multicultural. O crescimento do trabalho em rede tem nos permitido transcender os limites das obras apostólicas, das províncias e regiões. Essa é a razão pela qual a 36ª Congregação Geral (Decreto 2, n.8) insiste no trabalho em rede como modo de proceder privilegiado para tornar mais universal o serviço da Companhia. A Companhia se sente chamada a renovar a sua característica tensão entre firmar raízes, inculturando-se nas comunidades locais, e a oferecer uma resposta com horizontes universais, cada vez mais articulada, *enredada*, que contribua para tornar a interculturalidade uma dimensão enriquecedora da humanidade globalizada.

É cada vez mais importante o papel das redes como Fé e Alegria porque incentivam, cultivam e dinamizam nossa missão compartilhada e nos permitem sonhar com uma ação capaz de impactar a nível global, sem perder nada da opção radical por fazer valer o direito das pessoas mais vulneráveis e excluídas às oportunidades educativas. Animo-os a manter, reforçar e desenvolver esta presença global de Fé e Alegria, contribuindo para que cada pessoa no mundo possa aceder a uma educação que lhe permita desenvolver-se como ser humano em liberdade, superando as limitações que impõem a vulnerabilidade e a pobreza, frutos da injustiça estrutural.

A falta de educação de qualidade converte-se na maneira de perpetuar a discriminação e a pobreza. Na nova época do conhecimento, bloquear o acesso à formação humana que oferece a educação aos mais pobres significa limitar

o crescimento pessoal de milhares de milhões de pessoas e impedir as oportunidades de participação cidadã na transformação das estruturas de injustiça. A presença local, a atenção direta das pessoas onde é necessário, é um polo da tensão da tarefa de Fé e Alegria com relação a outro polo, a incidência em nível global. Fé e Alegria pode e deve permanecer nessa tensão, procurando renovar a si mesma no modo de responder tanto a nível local como ao global. Este Congresso é uma oportunidade para iluminar a visão universal e o impacto global de Fé e Alegria a partir de suas práticas inovadoras em nível local. Ao mesmo tempo, suas práticas locais podem se enriquecer e fortalecer se se cresce na visão universal. É uma tensão criativa capaz de produzir frutos de transformação das pessoas, das comunidades e do conjunto da sociedade.

Neste sentido parece-me muito sugestiva e audaz a proposta de renovação do seu modo de proceder, através da mudança dos programas federativos para a nuvem de redes, buscando um maior envolvimento e participação dos países, promovendo a comunicação e, especialmente, ajudando a criar um novo modo de liderança mais aberto, inclusivo e dinâmico. Poucas organizações têm a capacidade de reinventar-se e arriscar tão criativamente em favor de uma projeção estratégica inovadora e de futuro. O trabalho em rede é uma das intuições mais poderosas que temos vislumbrado nas últimas décadas e que se tornou uma dimensão central do nosso modo de proceder. São necessárias novas formas de estruturar a missão internacional de maneira coordenada, dinâmica e ágil, com a participação da Fé e Alegria, em aliança com outros atores, pessoas ou instituições que buscam objetivos semelhantes.

A Federação Internacional de Fé e Alegria vive a tensão entre a autonomia nacional e o fortalecimento da dimensão federativa; do trabalho contínuo pela identidade e a visão compartilhada; da partilha dos recursos de cada país e os esforços para levar propostas às últimas fronteiras do movimento. Animo-os a continuar nessa direção, incorporando cada vez maior diversidade de gênero, cultura e idioma nos diferentes lugares onde semeiam, cultivam e colhem frutos.

II. Fé e Alegria é educação transformadora

A missão de Fé e Alegria não é fazer escolas como objetivo final, mas transformar as estruturas sociais com a educação, disse desde o começo o P. Vélaz. Fé e Alegria educa contribuindo para transformar tanto as pessoas como as estruturas sociais. O Movimento de Educação Popular Fé e Alegria nasce com vocação de lutar pela justiça social. Uma vocação que não só tem se confirmado com anos de experiência, mas que está se tornando cada vez mais complexa e focalizada.

Não se entende a proposta pedagógica da Fé e Alegria senão no horizonte da transformação pessoal e social. Não estamos falando de uma proposta de conteúdo, de metodologia educacional ou de uma tipologia de escolas. Fé e Alegria é um movimento de Educação Popular que traz consigo uma intencionalidade política, que visa gerar propostas de transformação social e acompanhar as pessoas, comunidades e instituições para se conformarem como sujeito social que contribui para a consecução do Bem Comum.

Fé e Alegria é educação formal e, ao mesmo tempo, educação cidadã e atual de promoção social. É trabalho com

e na comunidade. Está comprometida com a transformação das estruturas para melhorar as condições de vida das comunidades, a defesa dos direitos humanos e ampliar a participação cidadã. Fé e Alegria oferece uma educação que fundamenta a mudança direcionada a construir sociedades livres, democráticas, equitativas, promotoras da paz, nas quais a violência não encontre lugar. Sociedades nas quais todas as pessoas possam desenvolver plenamente suas capacidades e viver com dignidade. Quem não entende isto nunca entenderá a essência deste movimento, a razão de seu enraizamento popular e de seu potencial transformador.

Portanto, duas das contribuições de Fé e Alegria para o serviço educativo da Companhia de Jesus são: uma educação popular para a cidadania universal e o trabalho pela defesa do direito à educação de qualidade. Permitam-me compartilhar algumas breves reflexões sobre elas.

III. Educação Popular para a Cidadania Universal

A educação popular que Fé e Alegria encarna, fortemente ancorada no Evangelho, é uma educação orientada para que as pessoas excluídas possam transformar sua história pessoal e contribuir para transformar a história coletiva de sua comunidade, do seu país e da família humana. Os desafios prementes que enfrenta o nosso mundo e configuram a crise socioambiental e espiritual à qual o Papa Francisco alude continuamente, leva-nos a apresentar os desafios da educação popular no contexto global. Como poderia ser uma educação libertadora num mundo complexo, velozmente cambiante e interconectado? Cada criança, cada adolescente e jovem que passa pelos centros de Fé e

Alegria deve compreender a complexidade deste mundo e dispor-se a participar ativamente na sua transformação, em lugar de ficar de fora como vítima de suas graves injustiças, fraturas e feridas. Cada um deles pode ser parte da solução dos problemas desde a sua própria história e assumindo um papel comprometido na luta pela justiça. Este seria o núcleo de uma educação popular para a cidadania global.

Aqui aparece de novo a audácia de Fé e Alegria: a *Red Generación 21*. Um processo que encontrou o seu germe no trabalho com adolescentes e jovens de Fé e Alegria em diversos lugares. Começou com o reconhecimento e a escuta dos próprios jovens. Os e as jovens desta rede sentem-se parte de um movimento no qual se diluem as barreiras culturais, socioeconômicas e geográficas e renasce a fronteira como lugar de encontro, de crescimento pessoal, de enriquecimento mútuo e de transformação social. A Rede de Jovens de Fé e Alegria encarna em sua experiência de vida o significado de fazer parte de uma cidadania global que quer ter uma palavra sobre os principais problemas da humanidade. Os jovens de Fé e Alegria, articulados nessa rede, são um sinal de reconciliação e de trabalho pela justiça. É uma dessas iniciativas educacionais que ajudam a *pensar e atuar, local e globalmente, sem dicotomias entre as duas dimensões, que caminham na linha da interculturalidade, assumindo como um dado enriquecedor a diversidade cultural, social e religiosa do nosso mundo*, como eu compartilhava com os Delegados de Educação da Companhia durante o Congresso Internacional no Rio de Janeiro em outubro de 2017.

A educação e nossas instituições educativas fazem parte do esforço humano para fazer germinar a semente do Reino

de Deus na História. Nossa presença em tantos lugares, culturas e esferas coloca-nos diante de uma oportunidade ímpar para continuar construindo em conjunto este tipo de iniciativas: Fé e Alegria, os colégios da Companhia e todos os programas educativos inspirados por ela. Somente atuando de modo conjunto e coordenado poderemos assumir desafios universais e aprofundar nosso serviço à reconciliação e à justiça.

Acompanho com muito interesse as sementes que começam a germinar nesta linha. A *Rede de Inovação Educativa para a Transformação Social* entre Fé e Alegria e EDUCSI, os colégios da Companhia de Jesus na Espanha, *Educate Magis...* e outras. Temos enormes possibilidades para estimular a esperança em nosso mundo, contribuindo para a formação de homens e mulheres justos, verdadeiros cidadãos do mundo, capazes de gerar diálogo e reconciliação entre os povos e destes com Criação.

IV. A ação pública no coração da missão educativa

Talvez não faça falta que o diga, mas não deixem de levantar a sua voz a partir das fronteiras da exclusão de maneira profética e sem perder a sua independência. Fé e Alegria gerencia fundos públicos e visa a fortalecer os sistemas de educação pública. No entanto, é essencial não renunciar à denúncia quando esta for necessária para propiciar o Bem Comum. É fundamental defender, exigir e promover o direito a uma educação de qualidade para todas as pessoas. Animo-os a continuar proclamando que não é possível a qualidade sem escolas inclusivas, seguras, escolas que acolham e integrem, escolas que atendam à diversidade, inovadoras,

contextualizadas e pertinentes. Não é fácil este papel, mas Fé e Alegria tem a responsabilidade da defesa da educação como bem público e o fortalecimento dos sistemas e das políticas públicas que garantam a justiça social. Este papel é especialmente importante frente às tendências que se tornam cada vez mais frequentes. Por um lado, as privatizações, que reduzem a educação a um produto de mercado. No outro extremo, as tendências estabilizadoras que pretendem converter a educação num instrumento do poder dominante.

Não se compreenderia o trabalho de Fé e Alegria se não incide de maneira gradual e mensurável na transformação da educação pública como nas definições e implementação de políticas públicas que tornem realidade o direito à educação de qualidade, em qualquer lugar do mundo. É uma luta local e simultaneamente global. Apesar das possibilidades técnicas com as quais contamos e de todas as declarações oficiais que afirmam o acesso a uma educação de qualidade como direito de toda pessoa, a falta de acesso de milhões de crianças a ela continua sendo uma realidade escandalosa no mundo de hoje. É uma fronteira global na qual estamos presentes de diversos modos, na qual Fé e Alegria é de fato um ator com voz própria.

Aproveito a ocasião para agradecer a liderança que Fé e Alegria tem na dinamização da rede de incidência global pelo direito à educação (*Global Ignatian Advocacy Network* - GIAN). Fé e Alegria está chamada a vincular-se cada vez mais com as redes educativas e sociais da Companhia de Jesus universal. A partir dessa articulação, pode aprofundar a liderança nas iniciativas necessárias e possíveis de ação pública para estimular um movimento global pelo direito

à educação de qualidade para todos e todas. Façam-no como sabem fazer, colaborando entre vocês e com outros. Continuem buscando o apoio privado responsável, o envolvimento dos Estados, a incidência em organismos do sistema internacional e respondendo às necessidades das comunidades locais. A defesa deste direito como porta e canal para os demais direitos é uma estratégia de impacto estrutural e complemento essencial à proposta educativa da Companhia de Jesus. Ajudem-nos a continuar nos unindo a iniciativas coletivas e plurais - eclesiais ou para além da Igreja - na defesa e consecução desta *Educação para Todos e Todas*, marco no qual nosso trabalho apostólico, junto com outros atores, adquire ainda mais sentido. Contem comigo e com a Companhia de Jesus para este propósito.

V. Fé e Alegria e a Missão de Reconciliação

Quero reiterar que o trabalho de educadores e educadoras de nossas instituições educativas é ajudar as jovens gerações a se situar diante do mundo e de Deus para que possam projetar seu desenvolvimento pessoal e social, contribuindo para a construção de um mundo melhor. A educação popular de Fé e Alegria carrega em suas entranhas o serviço da reconciliação: começa pelo próprio processo de transformação pessoal daqueles que participam no movimento, prossegue pela compreensão do mundo em que vivemos, que convertemos em nosso lar e culmina na ação transformadora do conjunto do projeto educativo realizado.

A reconciliação consigo, com as próprias capacidades, recuperando a sua dignidade é uma dimensão fundamental. A Educação Popular, mais que uma metodologia, é uma

aposta pelas pessoas, por sua transformação e crescimento. Cada pessoa é única e irrepetível. O ponto de referência é o seu próprio potencial e a sua capacidade de converter-se à fraternidade que a torna filha de Deus. Não falo apenas dos alunos/as, mas de todas as pessoas que entram em contato com o projeto educativo e social que é o movimento Fé e Alegria. Cuidar de cada pessoa e da sua relação fraterna com os outros é uma opção que requer planos e ações concretas. Todos somos parte desta humanidade, precisamos ser acompanhados e podemos acompanhar, ser cuidados e cuidar.

Quero aqui fazer eco da complexa preocupação da Igreja, do Papa Francisco, em particular, e também da Companhia: a proteção dos menores e a salvaguarda da sua dignidade. É necessário colocar todos os meios para que os espaços educativos de Fé e Alegria sejam lugares seguros para todas as crianças. É intolerável que ocorra um único caso de abuso no ambiente escolar ou familiar. O trabalho a ser feito para alcançar isto é enorme. Peço-lhes de coração que não sucumbam nele e não caiam na ingenuidade pensar que este tipo de problema só afeta os outros. Peço-lhe *tolerância zero* ao que se refira a abusos de menores ou a pessoas vulneráveis. Que alegria sentiremos se pudermos contribuir eficazmente para que o olhar e o sorriso dos meninos e meninas expressem um ambiente seguro onde possam viver confiantes.

Fé e Alegria pode contribuir muito na missão de reconciliação e justiça. Porque ajuda a abrir os olhos para a realidade do povo que sofre, dos excluídos; a realidade dos que vivem na pobreza, na marginalização ou discriminação social, cultural,

política, religiosa, de gênero ou até geracional. Também porque contribui com a sua pesquisa para buscar soluções para os problemas que nos colocam os diversos contextos nos quais se encarna; forma educadores e líderes de mudança que promovem a convivência fraterna e solidária; forma estudantes e suas famílias, professores e comunidades portadores do germe de valores humanos que quer contagiar toda a sociedade. Fé e Alegria está chamada a gerar espaços onde se estende a mão solidária ao imigrante, à mulher discriminada, à criança, ao crente e ao não crente...; onde se abram os olhos e os corações daqueles que percebem o diferente como inimigo e não como irmão.

A educação popular tornada vida em instituições, práticas e pessoas concretas pode ser esperança de transformação em meio a tanta desesperança que vivem os povos da América Latina e do mundo. É um modo de devolver a esperança àqueles que depositaram o sonho de uma vida melhor nos autoproclamados ‘movimentos revolucionários’ e ficaram desiludidos porque as promessas não se tornaram realidade. Fé e Alegria é mensageira de confiança no futuro, enviada a curar feridas pessoais e sociais, a promover novos caminhos para uma vida digna. A Educação Popular busca que as pessoas e comunidades que sofrem a injustiça do nosso mundo se tornem agentes de transformação. *Dizer a própria palavra e escrever a própria história*, como propôs Paulo Freire, não é outra coisa que exercer a liberdade e a dignidade de filhos e filhas de Deus, a serviço da construção do reino de justiça, de paz e de amor. A educação popular de Fé e Alegria contribui para a ação educativa da Companhia, promovendo a reconciliação e justiça a partir das fronteiras do nosso mundo *onde termina o asfalto...*

VI. Crescendo em outras terras

Foi uma intuição central de Fé e Alegria que abrir novos espaços e recriar modos de ação, dinamiza e enriquece tudo o que fazemos. Um movimento com mais de 60 anos de história mantém o dinamismo de avançar para novas fronteiras. Estou ciente do trabalho que vem sendo desenvolvido na África e em Madagascar nos últimos dez anos. Lá Fé e Alegria também se esforça por inculturar o movimento, coerente com o carisma original e com audácia e criatividade sob lideranças locais. Recebo notícias sobre os avanços consideráveis de Fé e Alegria no Chade, Madagascar, República Democrática do Congo e a progressiva aproximação com Guiné, Quênia, Moçambique, Nigéria e Libéria... Uma Fé e Alegria com pautas de compreensão e estratégias cada vez mais abertas a novas intuições, cada vez mais global e enfrentando não apenas novas fronteiras geográficas, mas novas iniciativas socioeducativas em fronteiras de maior exclusão: pessoas em situação de deficiência, migrantes, refugiados, população de rua, pessoas com escolaridade inacabada ou povos amazônicos e indígenas.

Na minha última viagem ao Camboja, há pouco mais de um ano, pude testemunhar os primeiros diálogos do que poderia ser o começo do movimento na Ásia, continente enorme, cheio de vida e iniciativas que certamente pode aproveitar muito das oportunidades que Fé e Alegria oferece e contribuir muitíssimo para a cosmovisão e ampliar o alcance internacional do movimento.

Fé e Alegria nasce da iniciativa e da sensibilidade local e isso está acontecendo nos novos continentes onde está surgindo. Cabe à Federação Internacional acompanhar com

delicadeza e paciência os momentos fundamentais nesses novos contextos. Fé e Alegria não é uma multinacional da educação, mas uma rede de processos socioeducativos transformadores e de qualidade, com e para as comunidades locais. Acompanhar o nascimento e o desenvolvimento de novas iniciativas requer estar consciente da necessidade de cuidar do ritmo e da sustentabilidade de cada projeto, para ir assegurando o crescimento orgânico na medida das possibilidades reais das estruturas locais. Claro, sem deixar de sonhar e de colocar esperança em Deus para quem nada é impossível.

VII. Visitemos juntos o futuro

Depois da 36ª Congregação Geral, a Companhia de Jesus está em um processo de discernimento em comum que quer dar forma e direção à missão compartilhada dos próximos anos. Obras apostólicas, comunidades, Províncias e Conferências Regionais estão envolvidos num processo que nos levará à definição das Preferências Apostólicas Universais. Redes como Fé e Alegria têm uma especial importância nesta dinâmica de escuta e participação na qual o corpo apostólico da Companhia está tratando de ler conjuntamente os *sinais dos tempos*. Precisamos ouvir os sonhos daqueles que, em salas de aula, nos conselhos e comunidades onde o Espírito se move à vontade e nossa missão se recria e atualiza. Redes como esta, são espaços-chave no discernimento do corpo da Companhia.

É muito necessário que Fé e Alegria continue alimentando seu dinamismo interno e responda de forma criativa aos desafios que lhe estão sendo propostos. É necessário ir um passo

à frente numa realidade dinâmica que muda velozmente. Há que evitar que as estruturas se tornem anquilosadas e rígidas, ou que a complexidade interna as torne pesadas e percam agilidade e dinamismo. Não devemos perder de vista a intuição fundacional de Fé e Alegria: nenhuma criança fora de uma boa escola. Não descuidar da opção preferencial pelos mais abandonados e atrasados nem decair na radicalidade que o P. Vélaz impulsionou desde as origens. Vale a pena continuar sendo um espaço onde milhares de professores reavivam a sua vocação para a mudança social e a convergência de decisões pessoais torna-se um movimento verdadeiramente transformador. Fé e Alegria caminha confiante porque mantém sua abertura ao sopro do Espírito. Se vocês incorporam o discernimento em comum em seu modo ordinário de proceder, poderão desenvolver a sensibilidade necessária para descobrir onde o Senhor lhes pede para estar. Confie no Deus inteiramente bom que os tornará melhor instrumento da sua obra de reconciliação de todas as coisas em Cristo.

Com vocês, a Companhia quer visitar o futuro. A Companhia de Jesus é grata ao Papai-Deus pelo presente que é Fé e Alegria. É agradecida por tantas comunidades no mundo que encontram em Fé e Alegria o meio concreto ou o modelo para estruturar a sua opção pela educação de qualidade para pessoas excluídas. Agradecida por tantas Províncias da Companhia que reconhecem a educação popular como parte essencial de sua missão. Desejaria que Fé e Alegria se mantenha disposta e preparada para acompanhar e incentivar novas iniciativas, respeitando a idiosincrasia de cada contexto, construindo a partir da subsidiariedade, mas 'enredando', vinculando agilmente cada projeto em sua rede

global. Oxalá Fé e a Alegria possa continuar construindo este movimento onde o Espírito inspire respostas apostólicas educacionais de fronteira.

Termino agradecendo a Deus todo trabalho que todos e cada um de vocês faz e pela inspiração que eles trazem para todos nós. Ajudem-nos a aprender com a sua experiência educativa. É um tesouro a ser compartilhado com outras instituições da Companhia.

Desejo que este Congresso seja um passo a mais na compreensão de sua própria experiência, para que nossa tradição educativa possa continuar se enriquecendo. Oxalá a educação popular ajude todas as obras educativas a formar pessoas conscientes, compassivas, competentes e comprometidas com a construção de um mundo novo. Oxalá que neste contexto de globalização de crises ambientais, sociais e espirituais, saibam manter o profetismo e irradiar modos de atuar concretos para educar e conformar uma cidadania global que mudem o mundo e nos recordem o autêntico poder transformador da educação, quando se coloca a serviço dos mais vulneráveis.

Muito obrigado!



Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo

1. A partir da chave 'educando em novas fronteiras', com um olhar global, em qual fronteira educativa me localizo e que desafios experimento nessa missão?
2. As 'novas fronteiras', geográficas e humanas, são contextos sociais complexos nas dimensões política, econômica, ambiental, multicultural, multirreligiosa, tecnológica, etc. Como coloco em diálogo local, regional e global os desafios para discernir as respostas educacionais pertinentes como missão da Companhia nesses contextos mutáveis?
3. A nossa missão educativa procura contribuir para a formação de uma nova humanidade e, portanto, melhorar as sociedades e as suas políticas educativas de qualidade como direito para todos e todas. De que maneira consigo articular esses desafios de formar e incidir na minha prática educacional em rede/s?

Alguns elementos sobre o direito universal a uma educação de qualidade na tradição da Companhia de Jesus ⁴²

A educação é um elemento central para a construção de sociedades dignas, justas e equitativas. É um direito indispensável para aceder a outros direitos básicos; de um bem público essencial para garantir a vida digna de todos os seres humanos; e, de um dever ao ser sua garantia uma responsabilidade de todos os setores da sociedade.

A educação é um direito universal. Ao estar ao alcance de todos permite a construção da equidade. Torná-lo possível requer um esforço de todas as áreas do mundo educativo: vai da sala de aula à política educacional. Nessa perspectiva, somos chamados a promover centros educacionais inclusivos, ao mesmo tempo em que fortalecemos uma consciência internacional da necessidade de educação de qualidade para todos.

1. Educação como direito básico e bem público

- 1.1. *O saber é para todos, e para todos o poder que ele confere. Nossas instituições educativas não têm o direito de ser exclusivas, elas não podem contentar-se em estar a serviço de um determinado segmento social... No entanto, os limites impostos a essa liberdade*

⁴² Elenco dos principais documentos da Companhia de Jesus sobre o direito universal para uma educação de qualidade. Compilação e tradução do P. Luiz Fernando Klein, S.J., com a colaboração da EduRed.

não podem servir de pretexto para nos resignarmos a excluir os pobres do nosso projeto educativo (P. Peter-Hans Kolvenbach: Alocução na Universidade de Saint-Joseph. Beirut, 19/03/00).

- 1.2. *Portanto, todos os que hoje fazemos parte da 'família inaciana', porque somos beneficiários dessa espiritualidade e dessa pedagogia, sentimo-nos chamados a aprofundar e a continuar oferecendo em nossas escolas, colégios e universidades uma educação de qualidade. Mas, uma vez que no contexto mundial, nossas instituições sempre serão numericamente uma pequena minoria, sentimo-nos chamados a fortalecer a consciência internacional a respeito da necessidade de uma educação de qualidade para todos, uma vez que ela é um direito de todo ser humano e, por conseguinte, uma exigência para as políticas públicas com respeito à educação (P. Adolfo Nicolás: Ao 8º Congresso Internacional de Antigos Alunos dos Jesuítas. Medellín, 2012).*
- 1.3. *A educação é, sem dúvida, um instrumento para a mudança social. Mas trabalhar pela educação não significa trabalhar somente na formação das pessoas, mas requer trabalhar nos diferentes âmbitos e dimensões da educação: da sala de aula à política educacional, na educação escolar e também na educação extraescolar, nas comunidades e nas organizações sociais, nos aspectos administrativos e também naqueles relacionados ao ensino e aprendizagem, em nível local como nacional, regional e global (35º Congresso Internacional de Fé e Alegria. Madrid, 2014).*

- 1.4. *A educação é um bem público, básico e prioritário, porque convém a todos os cidadãos de igual maneira para a sua vida, sua dignidade e para o exercício de uma cidadania participativa e responsável (36º Congresso de Fé e Alegria: Educación es un bien público. Mejor educación y sociedad para todos, Caracas, 2005).*
- 1.5. *No entanto, a educação pública pode oferecer duas vertentes: a de gestão pública, administrada pelo Estado, e a de gestão social ou comunitária que, embora seja gerenciada por particulares, conta com a cooperação de benfeitores, empresas privadas, agências internacionais e dos pais de família (36º Congresso de Fé e Alegria).*
- 1.6. *A educação é um direito humano e social do qual todos devem desfrutar em igualdade de condições, porque o cumprimento deste direito possibilitará o gozo de outros direitos essenciais. Por conseguinte, o direito à educação implica o direito de todos não a qualquer educação, mas a uma boa educação, a uma educação de verdadeira qualidade (36º Congresso de Fé e Alegria).*
- 1.7. *Além da perspectiva legal, o direito à educação deve ser contemplado e considerado num sentido amplo. É necessário superar a visão centrada na escola, passando da escola para uma compreensão da educação além do ambiente escolar. O direito à educação deve ser visto a partir de uma perspectiva que inclua família, comunidade, trabalho, esporte, mídia, bibliotecas. E também o vasto campo da chamada educação não-formal, que são outros subsistemas educacionais que*

complementam e fazem parte do sistema escolar. Isto implica uma concepção do direito à educação além da infância, como um direito para todas as pessoas ao longo da vida (36º Congresso de Fé e Alegria).

- 1.8. *Se a educação é um direito, é também um dever humano fundamental. Todos somos corresponsáveis e devemos colaborar para que este direito seja cumprido. A defesa dos direitos humanos para todos converte-se no dever de todos por torná-los possíveis (36º Congresso de Fé e Alegria).*
- 1.9. *Para que o direito à educação seja um direito do qual todos disfrutemos, devemos trabalhar em conjunto, governantes e governados, construindo uma educação pública de qualidade que não seja privilégio de alguns, mas um direito de que todos nós nos beneficiemos (36º Congresso de Fé e Alegria).*
- 1.10. *A Companhia foi a primeira ordem religiosa católica que buscou a educação formal como um ministério prioritário, muito antes de que os estados assumissem esse compromisso em resposta ao reconhecimento do direito à educação. O serviço educacional que eles buscavam era vital, pois eles respondiam a uma necessidade não coberta por outros. Foi tal a sua dedicação que poder-se-ia dizer que eles se tornaram uma 'Ordem de ensino' (Secretariado para a Justiça Social e a Ecologia: *La Promoción de la Justicia en las Universidades de la Compañía*. Promotio Justitiae, n. 116, 2014/3).*

- 1.11. *A distribuição dos recursos financeiros, materiais e humanos destinados à educação deve priorizar aqueles que se encontram em condições de maior dificuldade para conseguir os resultados esperados da aprendizagem, ou seja, os mais pobres, os indígenas, as minorias, os que se encontram em condições especialmente difíceis como os refugiados e os deslocados internos, os portadores de deficiência, as meninas e as mulheres. Toda meta de desenvolvimento educacional deve ser acompanhada de uma meta de equidade que documente a vedação de brechas no alcance educativo entre os setores da população (Global Ignatian Advocacy Network - GIAN): Direito à educação para todas as pessoas, Madrid, 2012).*
- 1.12. *A justiça educativa é a justiça radical (radical vem de raiz), sem a qual nunca se alcançará a árvore da justiça social nem da justiça estrutural. Alcançar a justiça educativa é uma meta da Fé e Alegria, que se concretiza na igualdade de oportunidades educacionais para todos os homens (P. José María Vélaz. Información sobre Fe y Alegría, 1976).*
- 1.13. *Se a nossa educação é realmente boa - como acreditamos todos os que estamos aqui - devemos oferecê-la primeiramente às crianças com menos oportunidades. Pede-nos isso a nossa tradição inaciana e jesuíta (P. Patxi Alvarez, Secretario para a Justiça Social e Ecologia: La Misión Jesuita y Reflexiones sobre la 35ª Congregación General. Coloquio Internacional de la Educación Secundaria, Boston, 29/07 a 02/08/12).*



Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo

1. Que sentimentos experimento frente ao chamado a contribuir para o direito universal a uma educação de qualidade?
2. Que experiência tenho com respeito a esse tema?
3. Como entendo a afirmação de que o cumprimento desse direito a uma educação de qualidade possibilitará o desfrute de outros direitos essenciais?
4. Que implicações pode trazer para a minha instituição educacional a ampliação do conceito de 'escola', como propõem os itens 1.1, 1.3 e 1.7?

2. Nossa missão e a educação

Por que queremos atuar deste modo? Equidade e Justiça Educativa

Nossa proposta educacional está comprometida com a conquista da justiça:

- Parte do reconhecimento da educação como um bem público que deve ser de qualidade e ser acessível a todos, a fim de contribuir para a equidade, a justiça e a solidariedade.
 - Prioriza a formação de cidadãos com consciência crítica frente os processos sociais injustos.
- Portanto, os centros educativos da Companhia de

Jesus, independentemente do contexto em que operam, comprometem-se a oferecer uma educação de qualidade a estudantes de setores marginalizados e excluídos.

- 2.1. *Sem excluir nenhuma classe social da nossa oferta educativa, devemos continuar avançando numa educação para a justiça, que tenha muito presentes três aspectos: primeiro, a importância de aproximar-se dos mais pobres e marginalizados; segundo, a formação de uma consciência crítica e inteligente diante de processos sociais injustos, sem participação, centrados no consumo, na acumulação do dinheiro e na exploração do meio ambiente (P. Arturo Sosa: Aos Delegados de Educação Secundária. Rio de Janeiro, 20/10/17).*
- 2.2. *Sair da pobreza, a possibilidade de acesso a uma educação de qualidade, a participação na tomada democrática de decisões políticas: estes continuam sendo desejos não realizados para a grande maioria dos seres humanos. Como podemos, como corpo apostólico universal, melhorar nosso compromisso de contribuir para a realização desses desejos? (P. Arturo Sosa: Discurso a los Delegados Sociales y líderes de GIAN. Roma, abril 2018).*
- 2.3. *A reivindicação da igualdade de oportunidades no campo da educação e da liberdade de ensino são coisas que se encaixam na nossa luta pela promoção da justiça (Características da Educação da Companhia de Jesus, 1986, n.87).*

- 2.4. *Os Delegados comprometem-se a garantir que os colégios tenham um programa que permita aos estudantes de setores marginalizados e empobrecidos da sociedade a participar numa educação de qualidade e assegurar que os colégios que atendem os marginalizados e pobres vão além de suas experiências para construir pontes com outras pessoas e comunidades* (Congresso Internacional dos Delegados de Educação Jesuíta (JESSEDU). Rio de Janeiro, 2017. *Acordos Finais*, n.9).
- 2.5. *Se garantimos boa educação, estaremos lançando as bases para que as pessoas possam conquistar os outros direitos humanos essenciais. Quando um bem público existe de igual modo para todos em qualidade e oportunidade, tornam-se possíveis a equidade, a justiça e a solidariedade, o que contribui para fortalecer o pacto social* (36º Congresso de Fé e Alegria).

Quem queremos servir primeiro? Preferência pelos pobres

A opção pelos pobres manifesta-se em todas as dimensões do nosso apostolado educacional. A equidade social e a inclusão dos mais necessitados representam um compromisso com nossos processos de planejamento apostólico, com nossa concepção de qualidade educacional, com as contribuições que devem ser dadas a partir da pesquisa; e, no modelo de pessoa que pretendemos formar: homens para os outros, isto é, homens que não concebam o amor de Deus sem amor pelo homem.

- 2.6. *Nosso objetivo e objetivo educacional é formar homens que não vivam para si mesmos, mas para Deus e seu*

*Cristo, para aquele que morreu por nós e ressuscitou; homens para os outros, isto é, homens que não concebiam o amor de Deus sem amor pelo homem; um amor eficaz que tenha como primeiro postulado a justiça e que é a única garantia de que nosso amor a Deus não é uma farsa (P. Pedro Arrupe: Discurso aos antigos alunos da Companhia de Jesus: *Hombres para los demás. La promoción de la justicia y la formación en las asociaciones*. Valencia, España, 01/08/73).*

- 2.7. *A qualidade, a competência, os resultados, a eficiência, e prática de nossos centros, devem medir-se também desde a perspectiva dos pobres (P. Peter-Hans Kolvenbach: Os desafios da educação cristã às portas do 3º Milênio. Arequipa, Peru, 09/07/98).*
- 2.8. *A universidade concebida como projeto de transformação social é uma universidade que caminha para as margens da história humana, nas quais encontra aqueles que são descartados pelas estruturas e poderes dominantes. É uma universidade que abre suas portas e janelas para as margens da sociedade. Com eles e elas surge um novo alento vital que faz dos esforços de transformação social fonte de vida e plenitude (P. Arturo Sosa: A universidade fonte de vida reconciliada. Loyola, 10/7/2018).*
- 2.9. *Os pobres formam o contexto da educação jesuíta: Nosso planejamento educacional deve ser feito em função dos pobres, desde a perspectiva dos pobres (Características da Educação da Companhia de Jesus, 1986, n. 88)*

- 2.10. *As universidades devem refletir sobre os meios pelos quais podem favorecer a equidade social e buscar a inclusão dos pobres. Há pelo menos quatro áreas em que uma universidade da Companhia pode atuar: facilitar o acesso à educação universitária, promover que seus egressados beneficiem os pobres, contribuir para que as instituições para as quais oferecem serviços também o façam e promover o empreendedorismo social (Secretariado para a Justiça Social e a Ecologia: *La Promoción de la Justicia en las Universidades de la Compañía*. Promotio Justitiae).*
- 2.11. *Muitas universidades da Companhia criaram em seu interior determinados institutos que prestam uma contribuição específica em áreas de promoção da justiça através da pesquisa, da divulgação e do ensino. São centros dedicados a: migrações, estudos rurais, pobreza, diversidade cultural, governança, direitos humanos, educação, desenvolvimento, direitos das minorias, refugiados, bioética, sustentabilidade, responsabilidade social da empresa, etc. Eles são muito numerosos (Secretariado para a Justiça Social e a Ecologia: *La Promoción de la Justicia en las Universidades de la Compañía*).*
- 2.12. *A pesquisa, função substantiva das universidades deve procurar responder acerca da equidade, do direito à educação e, acima de tudo, daquelas questões que tenham repercussão em benefício dos mais necessitados (AUSJAL-Rede de Homólogos de Educação. *Identidad y Pedagogía Ignaciana: aportaciones al currículo y la investigación*. México, 10/2012).*



Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo

1. Que sentimentos experimento quanto à preferência que minha instituição educativa deve dar aos pobres?
2. Que resposta eu poderia dar à pergunta do P. Geral: *Como podemos, como corpo apostólico universal, melhorar nosso compromisso para contribuir para a realização desses desejos* (item 2.2)?
3. Que implicações traz para minha instituição educativa que o *nosso planejamento educacional seja feito em função dos pobres* (Item 2.8)?

3. O que entendemos por Educação de Qualidade?

Na tradição do ‘magis inaciano’, queremos fazer o maior bem, para a maior glória de Deus. Na educação, isso transcende a excelência acadêmica para formar mulheres e homens para os outros; pessoas competentes, conscientes, compassivas e comprometidas (3.1).

A excelência acadêmica como único valor exacerba a competição e o individualismo; e na luta entre quem tem aos que tem acesso ao conhecimento e o dominam e os que não o têm, os mais pobres acabam sendo os perdedores (3.3; 3.4).

Aspiramos a uma educação abrangente que alcance a todos, que seja inclusiva, e não apenas para as elites (3.2).

O horizonte de nossa educação é construir sociedades justas e solidárias, além de apenas formar os nossos alunos. Nós nos esforçamos para fazê-los sair de si mesmos, tomar consciência da realidade e abrir-se à transcendência (3.11, 3.12).

No contexto latino-americano, temos um compromisso especial com os pobres, entre os quais nosso trabalho educativo deve ser dos melhores. A verdadeira qualidade da educação oferecida por nossas instituições será medida por sua capacidade de: estimular a dignidade de todas as pessoas, promover inclusão, equidade e a justiça social; o respeito pelas diferenças e cuidado do meio ambiente ou respeito pela casa comum (3.5 - 3.10, 3.13).

- 3.1. *Talvez, o que tenho dito até agora possa ser resumido numa palavra inaciana que lhes é muito familiar: magis. Vocês estão realizando muitas coisas. Peço-lhes que as façam melhor, para a maior glória de Deus. Aspirar à qualidade acadêmica e também ao serviço cristão; para formar alunos que sejam profissionalmente competentes e sejam homens para os outros (P. Peter-Hans Kolvenbach: A Universidade jesuítica hoje; aos Reitores das Universidades da Companhia (Frascatti, Roma, 05/11/85).*
- 3.2. *A qualidade, essencial no esquema dominante, é entendida no contexto do desenvolvimento integral de toda pessoa e de todas as pessoas. Quando a qualidade redunde apenas em benefício de alguns e exclui outros, pode-se duvidar do sentido humano de tal qualidade (P. Peter-Hans Kolvenbach: Os desafios da educação cristã).*
- 3.3. *O discurso da qualidade, da competência e da*

eficiência - certamente inevitáveis em nossos dias - pode levar a uma exacerbação do individualismo, à competitividade selvagem e até à corrupção, se tal discurso não for acompanhado de uma orientação ética e de valores. A própria excelência que nossa educação deve pretender - o magis inaciano - pode chegar à perversão se perde de vista a dimensão da totalidade. Não é simplesmente a excelência acadêmica a que se pretende, mas a excelência humana (P. Peter-Hans Kolvenbach: O compromisso da Companhia de Jesus no setor da educação Gdynia, 10/10/98).

- 3.4. *Além disso, na educação, insistir na qualidade, na competência e na eficácia (por inevitáveis que sejam em nossos dias) pode levar a efeitos contrários aos que se buscam. E, de fato, vê-se aprofundar, dia a dia, o abismo entre os que sabem e os que não sabem. Neste domínio, também, os perdedores são sempre os pobres. 'Para os pobres, diz João Paulo II, junta-se a escassez de bens materiais, à do saber e dos conhecimentos' (P. Peter-Hans Kolvenbach: Allocución en la Universidad de Saint-Joseph, Beirut).*
- 3.5. *A falta de educação de qualidade converte-se na maneira de perpetuar a discriminação e a pobreza. Nesta nova época do conhecimento, bloquear o acesso à formação humana que oferece a educação aos mais pobres significa limitar o crescimento pessoal de milhares de milhões de pessoas e impedir as oportunidades de participação pública na transformação das estruturas de injustiça (P. Arturo Sosa: Discurso ao 47º Congresso Internacional de Fé e Alegria: Educamos nas fronteiras).*

Madrid: 29/09/18).

- 3.6. *O crescente compromisso da Companhia de Jesus na tarefa da vida universitária adquire seu sentido no desejo de contribuir de forma eficaz para tornar possível uma vida digna, plena, para todos e cada um dos seres humanos, no presente e no futuro (P. Arturo Sosa: A universidade fonte de vida reconciliada).*
- 3.7. *‘Mais’ não implica uma comparação com outros nem uma medida do progresso, em relação a um padrão absoluto. Antes, é o desenvolvimento mais pleno possível das capacidades individuais de cada pessoa em cada etapa de sua vida, unido ao desejo de continuar este desenvolvimento, ao longo da vida, e a motivação para utilizar as qualidades desenvolvidas em benefício dos outros (Características da Educação da Companhia de Jesus, n.109).*
- 3.8. *Hoje, afirmamos que a qualidade educativa em nossos centros é medida por suas conquistas. A melhor educação e a melhor sociedade são aquelas em que prevalecem a plenitude da pessoa, a equidade e a justiça social, o respeito pelas diferentes culturas e identidades e a integração com o meio ambiente (36º Congresso de Fé e Alegria).*
- 3.9. *Uma pobre educação para os pobres reproduz a pobreza e, em vez de contribuir para uma sociedade fraterna e justa, acentua as diferenças e agrava as desigualdades (36º Congresso de Fé e Alegria).*
- 3.10. *A educação dos pobres não pode ser uma pobre ou superficial educação. Deve estar dentro dos melhores*

requisitos pedagógicos para remediar a óbvia desvantagem circunstancial da criança ou do jovem pobre, sobretudo se for uma verdadeira marginalizado social (P. José María Velaz: Comentarios a la Asamblea Educativa de Bogotá, 1975).

- 3.11. *Nossa educação não pode dirigir-se apenas a que os nossos alunos se desenvolvam pessoalmente, mas para que toda a sociedade seja mais humana, mais justa e solidária. Não queremos profissionais de sucesso em sociedades fracassadas, como disse um reitor de universidade aos estudantes na sua graduação. Educamos jovens concretos para contribuir para uma sociedade mais justa e solidária (P. Patxi Alvarez: La Misión Jesuita...).*
- 3.12. *Em nossos centros educativos, educamos alunos e alunas concretos, mas na realidade, aspiramos a uma educação de qualidade para todas as crianças do nosso mundo. Reduzir essa aspiração é, hoje, trair a nossa missão. Não há no mundo nenhuma criança que mereça uma pior educação do que a que oferecemos ao mais cuidado dos nossos alunos. O mundo não é apenas a nossa casa. O mundo é a casa de todos (P. Patxi Alvarez: La Misión Jesuita...).*
- 3.13. *Se através de nossa educação, neste século, não afirmarmos ou promovermos uma educação de qualidade para todos e todas, a educação que oferecemos não estará marcada por estes 4 Cs: não formará pessoas comprometidas com a vida digna dos pobres e a superação da sua exclusão. Pelo contrário, assumir essa bandeira e cultivar essas convicções humano-cristãs não é diminuir a qualidade de nossas escolas, mas elevá-la (P. Luis Ugalde: La Educación*

Jesuita frente al Compromiso por el Derecho a la Educación de Calidad para Todos y Todas. Madrid, 2016).



Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo

1. Quais seriam as três características que considero fundamentais para a qualidade na educação?
2. Como definiria o conceito de educação de qualidade na perspectiva da Companhia de Jesus?
3. Na minha instituição educativa, quais seriam os principais indicadores de uma educação de qualidade, de acordo com a compreensão da Companhia de Jesus?

4. Desafios

Incidência interna e incidência política

Nossos desafios são internos e externos. Externamente, a incidência política, elevando a voz desde as fronteiras da exclusão de maneira profética e sem perder a independência (4.2).

Continuar na busca de apoio privado responsável, o envolvimento dos Estados, a incidência nos organismos do sistema internacional e responder às necessidades das comunidades locais (4.3).

Associar-nos a outros movimentos que promovem a igualdade de oportunidades educacionais para todos, pois o desafio da educação de qualidade faz parte da nossa luta pela promoção da justiça (4.4) e a CPAL a estabelece como uma de nossas prioridades (4.5).

Nossas instituições não podem isolar-se, mas devem incidir no aprimoramento das políticas e práticas educacionais tanto privadas como estatais (4.6), buscando parra isso promover mudanças políticas e culturais. (4.7)

Aumentar a nossa capacidade de 'advocacy' em favor deste direito fundamental à educação (4.8), convencidos da nossa corresponsabilidade como parte da sociedade (4.9).

- 4.1. *A complexidade dos problemas que enfrentamos e a riqueza das oportunidades que se nos oferecem pedem que construamos pontes entre ricos e pobres, estabelecendo vínculos de apoio mútuo entre aqueles que detêm o poder político e os que encontram dificuldade em fazer ouvir os seus interesses (35ª Congregação Geral, Decreto 3, n.28).*
- 4.2. *Talvez não faça falta que o diga, mas não deixem de levantar a sua voz a partir das fronteiras da exclusão de maneira profética e sem perder a sua independência. Fé e Alegria gerencia fundos públicos e visa a fortalecer os sistemas de educação pública. No entanto, é essencial não renunciar à denúncia quando esta for necessária para propiciar o Bem Comum. É fundamental defender, exigir e promover o direito a uma educação de qualidade para todas as pessoas. Animo-os a continuar proclamando que não é possível a qualidade sem escolas inclusivas, seguras, escolas que acolham e integrem, escolas que atendam à diversidade, inovadoras, contextualizadas e pertinentes (P. Arturo Sosa: Educamos nas fronteiras).*
- 4.3. *Aproveito a ocasião para agradecer a liderança que Fé e Alegria tem na dinamização da rede de incidência global pelo direito à educação (Global Ignatian Advocacy Network - GIAN). Fé e Alegria está chamada*

a vincular-se cada vez mais com as redes educativas e sociais da Companhia de Jesus universal. A partir dessa articulação, pode aprofundar a liderança nas iniciativas necessárias e possíveis de ação pública para estimular um movimento global pelo direito à educação de qualidade para todos e todas. Façam-no como sabem fazer, colaborando entre vocês e com outros. Continuem buscando o apoio privado responsável, o envolvimento dos Estados, a incidência em organismos do sistema internacional e respondendo às necessidades das comunidades locais. A defesa deste direito como porta e canal para os demais direitos é uma estratégia de impacto estrutural e complemento essencial à proposta educativa da Companhia de Jesus. Ajudem-nos a continuar nos unindo a iniciativas coletivas e plurais - eclesiais ou para além da Igreja - na defesa e consecução desta Educação para Todos e Todas, marco no qual nosso trabalho apostólico, junto com outros atores, adquire ainda mais sentido. Contem comigo e com a Companhia de Jesus para este propósito (P. Arturo Sosa: Educamos nas fronteiras).

- 4.4. *Para que os pais, especialmente os pobres, possam exercer a liberdade de escolha na educação de seus filhos, os centros da Companhia se unem aos movimentos que promovem a igualdade de oportunidades educativas para todos. A reivindicação da igualdade de oportunidades no campo da educação e a da liberdade de ensino são coisas que se encaixam na nossa luta pela promoção da justiça (Características da Educação da Companhia de Jesus, n.87).*

- 4.5. *Alcançar uma incidência maior nas políticas públicas em favor das populações vulneráveis: (CPAL: Corresponsáveis na Missão. Projeto Apostólico Comum 2011-2020, Prioridade n.1 da CPAL: Ação 2).*
- 4.6. *Os educadores não podem isolar-se em suas instituições, nem eximir-se das responsabilidades sociais e da construção da história. Estamos conscientes da rica tradição pedagógica que nos foi confiada e sentimo-nos responsáveis por oferecê-la a este mundo. Nossas instituições educativas explicitam, como parte integrante de sua missão, a atitude e as estratégias necessárias para expressar nosso compromisso com o aperfeiçoamento das políticas e práticas da educação tanto de gestão estatal como privada (CPAL: Projeto Educativo Comum da Companhia de Jesus na América Latina, 2005, n.3).*
- 4.7. *Procuramos promover as mudanças políticas e culturais necessárias para alcançar o direito à educação de qualidade para todos e todas. Este trabalho de pressão política complementa o nosso trabalho educativo, indo além dos nossos centros e estudantes, canalizando as nossas preocupações e solidariedade com aquelas pessoas excluídas, às quais é negado o seu direito a uma educação de qualidade (GIAN: Direito à Educação).*
- 4.8. *A realização do direito à educação de qualidade para todas as pessoas requer um trabalho sistemático de incidência nas políticas públicas educacionais (advocacy); um trabalho sistemático para que se multipliquem as experiências bem sucedidas entre os mais pobres, para que a opinião da população se expresse nos meios de comunicação, vão se criando*

convicções e consensos públicos sobre este direito humano fundamental e os governos se sintam movidos e pressionados para concretizar as decisões políticas necessárias (GIAN: Direito à Educação...).

- 4.9. *Daí a necessidade de promover o papel da sociedade como corresponsável, com o Estado, da educação de qualidade para todos e como supervisora ou controladora de seus direitos. Deve promover políticas públicas honestas e eficientes que garantam uma gestão estatal eficaz, eficiente e transparente, com vigilância rigorosa sobre a corrupção e o papel dos políticos e burocratas, cuja função é servir aos cidadãos que os elegeram e não servir-se do Estado (36º Congresso de Fe e Alegria).*

Trabalho em sinergia, em rede

Internamente, nosso desafio é aprofundar o trabalho em rede, tanto no nível interprovincial quanto internacional (4.10), bem como com outras instituições da Igreja Católica (4.11).

Tudo isso sem deixar de lado a colaboração entre as mesmas instituições e setores apostólicos da Companhia (4.14).

Por outro lado, devemos assumir que o serviço educativo da Companhia de Jesus se expressa em diferentes apostolados, que não podem ser entendidos separadamente (4.15).

Finalmente, o trabalho em rede é uma dimensão central do nosso modo de proceder (4.17).

- 4.10. *No âmbito internacional e interprovincial, a Companhia deve continuar a procurar maneiras de colaborar com outros grupos e organizações nacionais e internacionais, sejam organismos não governamentais ou oficiais. É parte da nossa responsabilidade, como*

corpo apostólico internacional, trabalhar com outros a nível regional e global por uma ordem internacional mais justa. A Companhia deveria examinar, portanto, os seus recursos e tentar criar redes, as mais eficientes possível, para levar a cabo a sua missão também a este nível (34ª Congregação Geral da Companhia de Jesus. Decreto 3: Nossa Missão e a Justiça, n.23).

- 4.11. *Somos Igreja Católica, somos Companhia de Jesus. Os colégios da Companhia devem formar uma frente unida com as demais instituições docentes da Igreja, e participar das organizações que os agrupam em todo nível: profissional, sindical, apostólico. Isto é especialmente importante nos países em que a liberdade de ensino, a igualdade de oportunidades, o financiamento e outros temas semelhantes, são assuntos de confrontação de ideologias contrapostas (P. Pedro Arrupe: Nossos colégios hoje e amanhã, Roma, 10/09/80, n.25).*
- 4.12. *Por definição, é da natureza da universidade o caráter universal e a possibilidade de intercâmbios em todas as instâncias... Estas associações limitam-se, em geral, a prestar serviços a seus associados e têm as atribuições que eles lhes outorgam, mas são absolutamente indispensáveis se queremos que a Companhia atue como um corpo (P. Peter-Hans Kolvenbach: A universidade da Companhia à luz do carisma inaciano, Roma, Monte Cucco, n.52, 27/05/01).*
- 4.13. *Vocês estão no coração do mundo, trabalhando em diversas instituições sociais, particulares ou públicas; a cada dia, exercem com suas análises e decisões a responsabilidade social, no âmbito familiar, no espaço*

profissional ou no terreno das tarefas públicas ou políticas. Portanto, proponho-lhes como uma das conclusões deste 8º Congresso a convicção expressa por Santo Inácio de que o bem do mundo e o significado da mensagem e vivência cristãs ‘dependem da boa educação da juventude’ e que, conseqüentemente, junto com a Companhia de Jesus, vocês também assumam o propósito de gerar uma ampla consciência mundial a favor de uma educação de qualidade para todos (P. Adolfo Nicolás: 8º Congresso de Antigos Alunos).

- 4.14. *Devo ressaltar, no entanto, que o trabalho em rede ao qual estamos chamados não é apenas aquele que se faz com outros colégios. É necessário tomar consciência que os colégios são plataformas apostólicas em diálogo e colaboração com as outras instituições apostólicas da Companhia: as universidades, as obras sociais, os centros de espiritualidade, as paróquias e outras presenças apostólicas. Assim, todos cresceremos e poderemos prestar um maior e melhor serviço apostólico (P. Arturo Sosa: Aos Delegados da Educação Secundária).*
- 4.15. *Fé e Alegria, junto com o Serviço Jesuíta aos Refugiados e as redes de colégios e universidades jesuítas, formam o coração do serviço educativo da Companhia de Jesus. É verdade que cada uma das redes tem finalidades específicas e até elementos proféticos distintos. No entanto, cada dia que passa é mais difícil compreendê-las por separado e torna-se mais claro o potencial transformador de uma rede de escolas e instituições educativas de todos os níveis que lutam pela transformação do mundo (P. Arturo Sosa: Educamos nas fronteiras).*

- 4.16. *É cada vez mais importante o papel das redes como Fé e Alegria porque incentivam, cultivam e dinamizam nossa missão compartilhada e nos permitem sonhar com uma ação capaz de impactar a nível global, sem perder nada da opção radical por fazer valer o direito das pessoas mais vulneráveis e excluídas às oportunidades educativas (P. Arturo Sosa: Educamos nas fronteiras).*
- 4.17. *O trabalho em rede é uma das intuições mais poderosas que temos vislumbrado nas últimas décadas e que se tornou uma dimensão central do nosso modo de proceder (P. Arturo Sosa: Educamos nas fronteiras).*
- 4.18. *Junto com muitos outros, buscaremos comunidades, tanto em nível nacional como latino-americano, verdadeiramente solidárias, nas quais a ciência, a tecnologia e o mercado estejam a serviço de todas as pessoas dos nossos povos, numa sociedade na qual o compromisso com os pobres manifeste que o trabalho a favor do pleno desenvolvimento de todos, sem exclusão, constitui nossa modesta, mas séria contribuição para a maior glória de Deus na história e na criação (Carta e Documento de Trabalho dos Provinciais Jesuítas da América Latina sobre o Neoliberalismo, Ciudad de México, 14/11/1996).*
- 4.19. *Frente aos desafios do contexto latino-americano. Nossas instituições promovem um pensamento alternativo ao hoje dominante com diversas estratégias e, entre elas, uma educação em valores que ajude a internalizá-los e a responder ativamente, opondo-se às correntes e ideologias que desumanizam, marginalizam as maiorias na pobreza, fomentam o secularismo*

radical e alienam mediante as lógicas do mercado e do consumismo (CPAL: Projeto Educativo Comum).

- 4.20. *O contexto global da Companhia de Jesus exige que as universidades da AUSJAL atuem, simultaneamente, nos níveis local, nacional, regional e global, para enfrentar velhos e novos desafios. Também requer a criação de pontes através do desenvolvimento de projetos comuns com outras redes jesuíticas educacionais e sociais na América Latina e no mundo (AUSJAL: Plano Estratégico 2011-2017).*
- 4.21. *Se estamos realmente convencidos de que a educação de qualidade para todos é um requisito para a dignidade e a liberdade das pessoas, a chave para a democracia política, o crescimento econômico e a equidade social, ela deve estar na vanguarda das preocupações públicas e entre os esforços nacionais. Daí a necessidade de assumir a educação de qualidade como tarefa para todos, como projeto nacional, objeto de consensos sociais, amplos e duradouros (36º Congresso de Fé e Alegria).*
- 4.22. *O problema educacional é tão importante e tão grave que não podemos nos dar ao luxo de prescindir de ninguém que queira contribuir para sua solução, especialmente aqueles que demonstraram com fatos que estão preocupados com a educação e que têm algo importante a contribuir (36º Congresso de Fé e Alegria).*
- 4.23. *Considero necessário dar soluções aos problemas ibero-americanos na forma ibero-americana; isto é, com um movimento continental. Somente um movimento continental, com a ajuda de forças, por mais fracas que sejam, em*

nossos vários países, conseguirá um tamanho suficiente para fornecer soluções que também tenham status e força continentais (P. José María Vélaz: Fin fundamental de Fe y Alegría 1965. In: 36º Congreso Fe y Alegría).



Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo

1. Quais são meus sentimentos quando considero a incidência política como parte do trabalho educacional?
2. Quais são os principais aspectos que atualmente atrapalham, retardam ou impedem que minha instituição educacional se integre em uma rede para o direito universal a uma educação de qualidade?
3. Onde se localiza a minha instituição educativa, quais são as instituições da Companhia, da Igreja e da sociedade civil com as quais unir forças na incidência pela educação universal de qualidade?
4. Quais seriam alguns passos para criar pontes entre as três redes educacionais da Companhia na América Latina (AUSJAL, F&A e FLACSI) para promover o direito universal a uma educação de qualidade?

5. Ações sugeridas

5.1. Sugestões do P. Pedro Arrupe em *Nossos colégios hoje e amanhã* (n.26):

- *Não seria possível fazer algo mais do que se faz, atraindo para a nossa ação os pais de família, os antigos alunos, os alunos e toda boa gente da nossa vizinhança em áreas como: abertura das nossas instalações, cessão para cursos noturnos, ou de alfabetização, ou de treinamento e aperfeiçoamento profissional, atividades sociais, esportivas, artísticas ou recreativas, atividades de comunidades de vizinhos, projetos de promoção humana, etc.? Não é até certo ponto escandaloso – e em termos de boa inversão financeira injustificável – que, às vezes, os grandes prédios de nossos centros se encontram em rendimento efetivo apenas por 8 ou 10 horas diárias, durante os 200 dias do ano acadêmico, isto é, 20% do tempo, quando podiam ser utilizados para tantos outros fins? Não se poderia aplicar aqui a nossa doutrina da função social dos bens?*

5.2. Algumas sugestões do 36º Congresso Internacional da Fé e Alegria (Caracas, 2005):

- a) Conscientizar-nos do impacto e dos níveis de influência que nossas redes educacionais podem exercer sobre as políticas públicas de educação.
- b) Pesquisar e divulgar experiências bem-sucedidas de promoção de educação excelente para todos.
- c) Estudar e tornar conhecida a situação da desigualdade e iniquidade educacional.

- d) Investir na formação dos educadores de alunos com educação mais precária.
- e) Buscar meios e recursos necessários para influenciar efetivamente sobre as políticas públicas.
- f) Ter presentes as instituições da sociedade civil, do mundo educativo e da Igreja com as quais seria possível somar forças.
- g) Realizar gestos concretos de anúncio e denúncia que possam interpelar medidas ou políticas públicas educacionais injustas e inadequadas.

5.3. Sugestões do P. Patxi Alvarez, S.J. em *La Misión Jesuíta...*

É necessário buscar este fim de uma maneira explícita:

- a) Oferecer aos alunos a possibilidade de se envolverem em serviços sociais e de conhecerem realidades de pobreza, a fim de perceberem a desigualdade e a injustiça do mundo em que vivemos.
- b) Implicando-os em iniciativas cidadãs locais.
- c) Envolvendo em atividades sociais as associações de pais e a comunidade educativa.
- d) Oferecendo aos pais e alunos a possibilidade de participar de comunidades leigas inicianas comprometidas com a sociedade e a Igreja.
- e) Realizando tudo isto em aliança com outras obras da Companhia, para mostrar a credibilidade de corpo e gerar uma base social que compartilhe horizontes e valores.



Para o estudo pessoal e a reflexão em grupo

Ações Sugeridas

1. Quais destas iniciativas propostas ou semelhantes aplica a minha instituição educativa?
2. Dentre as iniciativas que a minha instituição educativa ainda não aplica, seleciono três que ela poderia passar a aplicar

6. Bibliografia

Alvarez, Patxi: *La Misión Jesuita y Reflexiones sobre la Congregación General 35ª*. Coloquio Internacional de la Educación Secundaria, Boston, 29/07 a 02/08/12. In: Federação Latino-americana de Colégios da Companhia de Jesus (FLACSI):

<http://www.flacsi.net/wp-content/uploads/2012/08/FLACSI-Alvarez-SJ-Panel-Comments-Spanish.pdf>

Arrupe, Pedro: Discurso aos antigos alunos da Companhia de Jesus: *Hombres para los demás. La promoción de la justicia y la formación en las asociaciones*. Valencia, España, 01/08/73). In: Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana:

<http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=20>

Arrupe, Pedro. *Nossos colégios hoje e amanhã*, Roma, 10/09/80. In: Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana:

<http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=2934>

AUSJAL: *Plan Estratégico 2011-2017*. In: Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana: <http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=320>

AUSJAL-Red de Homólogos de Educación. *Identidad y Pedagogía Ignaciana: aportaciones al currículo y la investigación*. México, 10/2012. In: Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana: <http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=321>

Características da Educação da Companhia de Jesus, 1986. In: FLACSI: <http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=2932>

Carta y Documento de Trabajo de los Provinciales Jesuitas de América Latina sobre el Neoliberalismo, Ciudad de México, 14/11/1996. In: Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana: <http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=3121>

Companhia de Jesus: 34ª Congregação Geral.

Companhia de Jesus: 35ª Congregação Geral.

Conferência de Provinciais Jesuítas da América Latina (CPAL): *Projeto Educativo Comum da Companhia de Jesus na A. Latina*, 2005, n.5. In: Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana (CVPI): <http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=3256>

Conferência de Provinciais Jesuítas da América Latina (CPAL): *Corresponsáveis na Missão. Projeto Apostólico Comum 2011-2020*. In: Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana (CVPI): <http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=3042>

Congresso Internacional de Delegados de Educação Jesuíta (JESEDU), Rio de Janeiro, 2017.

Fe y Alegría: *Actor internacional y agente de sensibilización para la transformación social*. 35º Congreso Internacional (Madrid, 2004). In: http://www.feyalegria.org/images/acrobat/FIFYA-177-2005-DocumentoXXXVCongreso_7027.pdf

Fe y Alegría. *La educación es un bien público*. 36º Congreso Internacional (Caracas, 2005). In: Revista Internacional de Fe y Alegría n. 7, año 2006. In: Fe y Alegría: http://www.feyalegria.org/images/acrobat/RevistaFyA7_9153.pdf

Global Ignatian Advocacy Network (GIAN): *Derecho a la Educación para todas las personas*. Madrid, 2012. In: Promotio Iustitiae n. 110, 2013/1:

file:///C:/Users/Pe.%20Klein/Downloads/documento_posicionamiento_ESP%20(1).pdf.

Kolvenbach, Peter-Hans: *A universidade da Companhia à luz do carisma inaciano*. Roma, Monte Cucco, 27/05/01. In: Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana (CVPI):

<http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=3040>

Kolvenbach, Peter-Hans. *Alocución en la Universidad de Saint-Joseph*. Beirut, 19/03/00. In: Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana (CVPI):

file:///C:/Users/Pe.%20Klein/Downloads/Kolvenbach,%20P.H.%202000%20-%20Univ%20Saint%20Joseph%20-%20Beirut%20UNIIES.pdf

Kolvenbach, Peter-Hans. *El compromiso de la Compañía de Jesús en el sector de Educación*. Gdynia, 10/10/98. In: Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana (CVPI):

<http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=67>

Kolvenbach, Peter-Hans. *La Universidad jesuítica hoy; a los Rectores de las Universidades de la Compañía*. Frascatti, Roma, 05/11/85. In: Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana:

file:///C:/Users/Pe.%20Klein/Downloads/Kolvenbach,%20P.H.%201985%20-%20La%20Universidad%20Jesuita%20hoy-%20Frascati%20-%20Roma%20-%20UNIIES.pdf

Kolvenbach, Peter-Hans. *Los desafíos de la educación cristiana a las puertas del tercer milenio*. Arequipa (Peru), 09/07/98. In: Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana (CVPI):

<http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=72>

Nicolás, Adolfo. *Alocución al 8º Congreso Mundial de Antiguos Alumnos de los Jesuitas: Los Antiguos Alumnos y su responsabilidad social*, Medellín, 2012. In: Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana (CVPI):

file:///C:/Users/Pe.%20Klein/Downloads/Nicol%C3%A1s,%20A.,%202013.%20Discurso%20VIII%20Congreso%20Antigos%20Alumnos.%20Medell%C3%ADn-Colombia%20(1).pdf

Secretariado para la Justicia Social y la Ecología: *La Promoción de la Justicia en las Universidades de la Compañía*. Roma, Curia General, Promotio Justitiae, nº 116, 2014/3. In: Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana:

<http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=1600>

Sosa, Arturo. *Aos Delegados de Educação Secundária: A educação da Companhia: uma pedagogia ao serviço da formação de um ser humano reconciliado com seus semelhantes, com a criação e com Deus*. Rio de Janeiro, Brasil, 20 de outubro de 2017. In: Centro Virtual de Pedagogia Ignaciana (CVPI):

<http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=3873>

Sosa, Arturo: *Discurso a los Delegados Sociales y líderes de GIAN*. Roma, abril 2018). In: Conferencia de los Provinciales Jesuitas de América Latina (CPAL):

<https://jesuitas.lat/es/noticias/610-discurso-del-padre-general-a-los-delegados-sociales-y-lideres-de-las-gian>

Sosa, Arturo: *Discurso ao 47º Congresso Internacional de Fé e Alegria: Educamos nas fronteiras*. Madrid: 29/09/18). In Centro Virtual de Pedagogia Ignaciana:

<http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=4251>

Sosa, Arturo: *Discurso no Encontro de Universidades da Companhia: A universidade fonte de vida reconciliada*. Loyola, 10/7/2018. In Centro Virtual de Pedagogia Ignaciana:

<http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=4178>

Ugalde, Luis. *La Educación Jesuita frente al Compromiso por el Derecho a la Educación de Calidad para Todos y Todas*. Madrid, 2016. In: Centro Virtual de Pedagogia Ignaciana (CVPI):

[file:///C:/Users/Pe.%20Klein/Downloads/Ugalde,%20L.,%202016,%20GIAN-Educaci%C3%B3n.docx%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Pe.%20Klein/Downloads/Ugalde,%20L.,%202016,%20GIAN-Educaci%C3%B3n.docx%20(1).pdf)

Vélaz, Jesús María. *Comentarios a la Asamblea Educativa de Bogotá, 1975*. In: Federación Internacional de Fe y Alegría:

<http://www.feyalegria.org/images/acrobat/75-03-V%C3%A9laz-ComentariosAsambleaEducativa%20de%20Bogotá%201975.pdf>

Vélaz, José María. *Información sobre Fe y Alegría, 1976*. In: Federación Internacional de Fe y Alegría:

http://www.feyalegria.org/sites/default/files/76-04-Velaz-Informacion_FyA-Recursos_y_Justicia_educativa.pdf

SE TERMINÓ DE DIAGRAMAR EN LOS TALLERES GRÁFICOS DE

TAREA ASOCIACIÓN GRÁFICA EDUCATIVA

PASAJE MARÍA AUXILIADORA 156 - BREÑA

CORREO E.: tareagrafica@tareagrafica.com

PÁGINA WEB: www.tareagrafica.com

TELÉF. 332-3229 / 424-8104 / 424-3411

MARZO 2019 LIMA - PERÚ



Avenida Fulgencio Valdez, 780, Breña, Lima 5, Perú
Telf: (51) (1) 7747650 / (51) (1) 4338110
www.jesuitas.lat